

05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REVISOR : MIN. EROS GRAU
AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU(É) (S) : RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

EMENTA: AÇÃO PENAL. QUESTÕES DE ORDEM. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA IMPUTADO A PARLAMENTAR FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VERSUS COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. NORMA CONSTITUCIONAL ESPECIAL. PREVALÊNCIA. RENÚNCIA AO MANDATO. ABUSO DE DIREITO. NÃO RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF PARA JULGAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.

1. O réu, na qualidade de detentor do mandato de parlamentar federal, detém prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, onde deve ser julgado pela imputação da prática de crime doloso contra a vida.

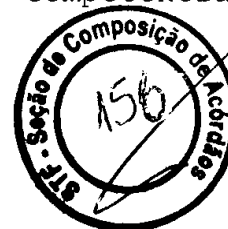
2. A norma contida no art. 5º, XXXVIII, da Constituição da República, que garante a instituição do júri, cede diante do disposto no art. 102, I, b, da Lei Maior, definidor da competência do Supremo Tribunal Federal, dada a especialidade deste último. Os crimes dolosos contra a vida estão abarcados pelo conceito de crimes comuns. Precedentes da Corte.

3. A renúncia do réu produz plenos efeitos no plano processual, o que implica a declinação da competência do Supremo Tribunal Federal para o juízo criminal de primeiro grau. Ausente o abuso de direito que os votos vencidos vislumbraram no ato.

4. Autos encaminhados ao juízo atualmente competente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em afastar questão de ordem para firmar que a competência do Tribunal do Júri cede diante da norma que fixa foro por prerrogativa de função. E, relativamente à competência desta



AP 333 / PB

Casa, ante a renúncia manifestada pelo parlamentar, o Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Joaquim Barbosa (Relator), Cezar Peluso, Carlos Britto e a Senhora Ministra Cármen Lúcia, declinou da competência ao juízo criminal da Comarca de João Pessoa/PB.

Brasília, 05 de dezembro de 2007.



JOAQUIM BARBOSA

-

Relator

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REVISOR : **MIN. EROS GRAU**
AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU(É) (S) : RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

O Ministério Público Federal, após tramitação do inquérito nº 1057, em 13.12.1993, ofereceu denúncia perante o Superior Tribunal de Justiça contra RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA, brasileiro, filho de Demóstenes da Cunha Lima e de Francisca Bandeira da Cunha, C.I. 3.194.141, casado, Promotor de Justiça do Estado da Paraíba aposentado, natural da Paraíba, nascido aos 18.03.1936. Ao tempo dos fatos, o denunciado era Governador do Estado da Paraíba. Atualmente, é Deputado Federal.

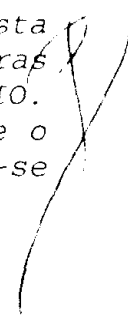
Leio a denúncia (fls. 374-376):

"(...)

2. No dia 5 de novembro último, por volta das 1430h, o ex-Governador TARCISIO DE MIRANDA BURITY encontrava-se almoçando no restaurante "Gulliver", em João Pessoa, acompanhado de algumas pessoas.

3. O grupo ocupava uma mesa no fundo do estabelecimento. O ex-Governador sentava-se de costas para a porta de entrada, tendo ao seu lado o Deputado Federal EVALDO GONÇALVES DE QUEIROZ, à sua frente o Deputado Estadual ROBERTO LOPES BURITY e o Jornalista MARCONI GOES ALBUQUERQUE, ocupando uma das cabeceiras da mesa o ex-Deputado Estadual MANUEL ALCEU GAUDÊNCIO.

4. Em dado momento, entra no restaurante o Governador RONALDO CUNHA LIMA, encaminha-se



diretamente para a mesa em que se encontrava o ex-Governador TARCISIO BURITY e, ao chegar ao lado deste, efetuou dois disparos de arma de fogo, pegando a vítima de surpresa, sem lhe oferecer a mínima oportunidade de defesa e ocasionando-lhe as lesões descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito de fls. 184. Foi imediatamente contido, primeiro por MANUEL GAUDÊNCIO, que o impediu de continuar atirando, e depois pelo irmão RENATO CUNHA LIMA, tendo sido, em seguida, retirado do local.

5. Os disparos foram feitos com o inequívoco intuito de matar, só não logrando o agressor alcançar o seu intento por razões alheias à sua vontade.

Desta forma, assim procedendo, incorreu o Governador CUNHA LIMA nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV, c/c. art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, pelo que requer o Ministério Público Federal seja o mesmo regularmente processado até final condenação.

(...)"

Em 15.12.1993, o Superior Tribunal de Justiça oficiou ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, solicitando autorização para processar e julgar RONALDO CUNHA LIMA (fls. 380). Em 29.12.1993, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba comunicou ao Superior Tribunal de Justiça que a licença solicitada havia sido negada por maioria dos membros daquela casa legislativa estadual (fls. 385-390).

O ofendido requereu sua habilitação no feito, como assistente da acusação (fls. 401-412), o que foi deferido (fls. 441 e 451).

Em 21 de março de 1994, o Superior Tribunal de Justiça, considerando que o crime imputado ao denunciado não

tinha qualquer relação com o cargo por este exercido no dia do fato, por maioria, determinou o sobrestamento dos autos enquanto o acusado estivesse exercendo a função de Governador do Estado (fls. 548-549).

Nas eleições realizadas em 1994, o denunciado logrou eleger-se Senador da República pelo Estado da Paraíba e, por via de consequência, a partir de junho de 1995 os autos passaram a tramitar nesta Corte (fls. 572 e 577).

A Procuradoria-Geral da República requereu, então, o prosseguimento do feito, com o recebimento da denúncia (fls. 579-581).

Em 13.09.1995, a Presidência deste Tribunal oficiou à Presidência do Senado Federal, solicitando licença prévia para apreciar a denúncia oferecida (fls. 585). O Senado Federal julgou prejudicado o pedido, sob o alegação de que, ao tempo em que o feito tramitava perante o Superior Tribunal de Justiça, a matéria já havia sido examinada pela Assembléia Legislativa da Paraíba, que havia negado a autorização solicitada (fls. 588-589).

Em **17.02.2000**, o Pleno deste Tribunal determinou o sobrestamento do processo e a suspensão do curso da prescrição (fls. 592).

Em **21-12-2001**, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 35, que deu nova redação ao artigo 53 da Constituição Federal, abolindo a necessidade de licença prévia do Senado para o processo e julgamento criminal de parlamentares (fls. 606).

Assim, em 01.03.2002, procedeu-se à notificação do denunciado para oferecimento de resposta, no prazo legal, atendendo ao que dispõe o artigo 4º da Lei nº 8.038/1990 (fls. 608).

Apresentada a resposta, limitou-se o denunciado a pedir o recebimento da denúncia, juntando documentos (fls. 612-615).

A Procuradoria-Geral da República reiterou o pedido de recebimento da denúncia (fls. 690-692).

Em **28.08.2002** o Tribunal recebeu a denúncia (fls. 698-715).

O acusado, ao ser interrogado pelo então relator, Min. Moreira Alves (fls. 806-810), admitiu a autoria do fato narrado na denúncia. Refutou, porém, a ocorrência de premeditação.

A defesa prévia foi apresentada em tempo hábil (fls. 816-817), com pedido de juntada de documentos, o que foi deferido (fls. 818-971).

As testemunhas arroladas na denúncia, Manoel Alceu Gaudêncio, Evaldo Gonçalves de Queiroz, Josivaldo Aguiar do Nascimento, Gilberto Costa Junior, Antonio Nery de Lona Freire,

Marconi Góes de Albuquerque, Gilmar dos Santos Cantalice e José Rodrigues de Neves Neto, foram ouvidas por carta de ordem na Seção Judiciária da Paraíba (fls. 2081-2083, 2084-2085, 2086, 2087-2088, 2089, 2090-2091, 2092 e 2093, respectivamente).

A vítima, que havia sido habilitada como assistente da acusação ainda na fase do Inquérito, faleceu em 08.07.2003 (fls. 2122) e sua família não teve mais interesse em prosseguir na assistência à acusação (fls. 2921).

A testemunha de defesa Antônio Julio Feliciano Paiva foi ouvida por carta de ordem pelo juízo federal da Subseção Judiciária de Campina Grande/PB (fls. 2172-2173). Na Seção Judiciária de João Pessoa/PB, foram ouvidas por Carta de Ordem as testemunhas de defesa Gilvan da Silva Freire (fls. 2284-2286), Cícero de Lucena Filho (fls. 2281-2283), José Gomes de Lima Irmão (2315-2316), Josélio Gondin (fls. 2288-2289), Roberto Ney Santos Batista (fls. 2287) e Arnóbio Alves Viana (fls. 2301-2303).

Por fim, **durante mais de um ano** tentou-se localizar a testemunha de defesa João Agripino Neto (fls. 2218 e seguintes). Ante a inexistência de qualquer imóvel no último endereço indicado pela defesa do réu (fls. 2531), e por não ter sido providenciada a substituição da testemunha quando oferecida a oportunidade de fazê-lo (fls. 2327, vol. 9), dei por concluída a

instrução, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.038/90 e do artigo 405 do Código de Processo Penal (fls. 2801).

No prazo para requerimento de diligências (artigo 10 da Lei nº 8.038/90), a Procuradoria-Geral da República nada requereu (fls. 2805). A defesa, a seu turno, requereu a realização de perícia na fita apreendida nestes autos, cujo conteúdo - entrevista concedida pela vítima momentos antes dos fatos que motivaram esta ação penal - seria de extrema importância. Requereu, ainda, a oitiva da testemunha que não foi encontrada e nem substituída (fls. 2811-2813).

Deferi a realização da perícia requerida e, não obstante a decisão anteriormente adotada, diante do argumento de que a oitiva da testemunha João Agripino Neto (que se verificou posteriormente, chamava-se João Agripino de Vasconcelos Maia) era essencial à defesa, deferi sua inquirição por carta de ordem (fls. 2873-2874).

As partes formularam quesitos à perícia (fls. 2834-2835 e 2842-2843).

O laudo pericial foi juntado a fls. 2900-2911, com ciência às partes (fls. 2917 e 2927).

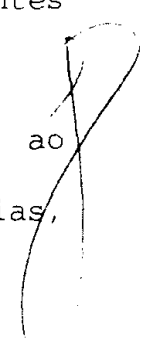
Em alegações finais, o Ministério Público Federal requereu a procedência da denúncia, uma vez que estariam

provadas a materialidade e a autoria. Argumentou, ainda, que não tem aplicação a tese de legítima defesa da honra, sustentada pelo réu para justificar sua conduta (fls. 2943-2952).

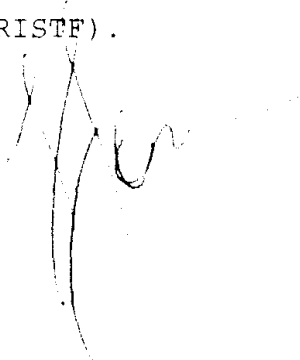
A defesa, em alegações finais, sustenta a tese de legítima defesa putativa, afirmando que o réu agiu sob a suposição de que a vítima iria sacar uma arma. Refuta, ademais, a aplicação ao caso da qualificadora caracterizada pela 'surpresa'. Sustenta, ainda, de forma supletiva que, na eventualidade de não vir a ser acolhida a tese da legítima defesa putativa, deve-se aplicar ao caso a figura do homicídio privilegiado, na forma tentada, porquanto o fato ocorreu após injusta provocação da vítima. Destaca, ainda, que o reconhecimento da tentativa de homicídio privilegiado impede o reconhecimento da qualificadora imputada na espécie. Sustenta que, caso não se reconheça ter o réu agido sob violenta emoção, forçoso é reconhecer que ele atuou impelido por relevante valor moral.

Por último, caso venham a ser afastadas as teses defensivas, em caso de eventual condenação, requer a aplicação da pena no mínimo legal, aplicando-se, também, as atenuantes previstas no artigo 65, I e III, "b" e "d" do Código Penal.

É o relatório, que encaminho, com os autos, ao eminente Ministro Revisor, distribuindo-se cópias,



oportunamente, aos demais membros da Corte (art. 613, I, do CPP e artigos 23, III e 87, II do RISTF).

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, possibly 'M. S.', written over the text.

05/11/2007

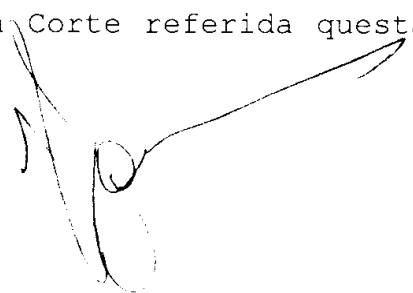
TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAV O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Senhora Presidente, diante da **renúncia** do réu ao cargo de Deputado Federal, que ostentava desde que os autos foram remetidos a esta Corte, proponho questão de ordem relativa à possibilidade ou não de este Supremo Tribunal Federal analisar o mérito da presente ação penal.

A questão diz com o fato de a renúncia ter sido exercida quando a presente ação penal já estava **pautada**, em vias de ser julgada. Isto revela, a meu ver, a existência de abuso de direito, hábil a tornar ineficaz o ato, ao menos para fins de modificação da competência desta Corte.

Assim, submeto à Corte referida questão de ordem, que passo a fundamentar.



05/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REVISOR : MIN. EROS GRAU
AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU(É) (S) : RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

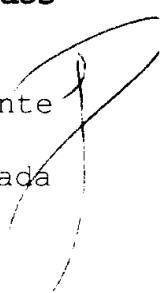
V O T O
(QUESTÃO DE ORDEM)

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Senhora Presidente, como é do conhecimento de todos, o réu RONALDO CUNHA LIMA apresentou carta de renúncia ao seu mandato parlamentar federal **na última quarta-feira, dia 31 de outubro**, carta esta que foi lida na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados naquele mesmo dia, como consta de ofício enviado a este Tribunal pelo Presidente daquela Casa Legislativa.

Segundo estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, verbis:

Art. 239. A declaração de renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida por escrito à Mesa, e independe de aprovação da Câmara, **mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.**

Consta que a Carta de Renúncia foi lida no expediente do dia 31 de outubro (cf. Petição nº 178613/2007, cuja juntada



AP 333 / PB

ora determino) e foi publicada hoje no Diário da Câmara dos Deputados.

Entretanto, Senhora Presidente, eu considero que a renúncia do Réu, em momento **posterior à publicação da pauta desta Corte**, que se deu no dia 26 de outubro, **quando já anunciado**, portanto, **o julgamento da Ação Penal a que ele responde, não pode surtir o efeito de interromper este julgamento.**

A nossa ordem constitucional não pode acolher tal conduta, que constitui flagrante abuso de direito/prerrogativa, dado o **evidente desvio de finalidade do ato de renúncia**, no caso concreto em análise.

De acordo com o §4º do art. 55 da Constituição da República, *verbis*:

§ 4º A **renúncia** de parlamentar submetido a **processo que vise ou possa levar à perda do mandato**, nos termos deste artigo, **terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais** de que tratam os §§ 2º e 3º.

Esta norma se inspirou no Decreto Legislativo nº 16, de 24 de março de 1994, que estabelece:

Art. 1º. A **renúncia de parlamentar sujeito à investigação** por qualquer órgão do Poder Legislativo, **ou que tenha contra si procedimento já instaurado ou protocolado** junto à Mesa da respectiva Casa, para apuração das faltas a que se referem os incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, **fica sujeita à condição suspensiva, só produzindo**

AP 333 / PB

efeitos se a decisão final não concluir pela perda do mandato.

Obviamente, a intenção desta norma (*voluntas legis*) é evitar manobras tendentes a assegurar uma possível impunidade - na hipótese, em âmbito legislativo.

No presente caso, a renúncia do réu ao seu mandato, no momento em que incluída em pauta a Ação Penal nº 333, após todos estes anos de tramitação, tem a **finalidade clara** - e ao mesmo tempo espúria - **de evitar o julgamento por esta Corte**, que tem competência constitucional para julgar os mandatários políticos. Isto porque, reitero - tendo em vista a importância deste dado - a renúncia se deu **em momento posterior à publicação da pauta desta Corte, anunciando o julgamento da Ação Penal a que responde.**

Ainda que a aceitação da renúncia seja obrigatória, considero que a Carta Magna autoriza atribuir-lhe, **para os efeitos da modificação da competência pretendida pelo réu, condição suspensiva**, até o final julgamento deste feito, **em que, inclusive, esta Corte poderia deliberar pela perda do mandato do réu, caso acolhida a acusação** e dependendo da pena eventualmente aplicada (art. 15, III, Constituição da República; art. 92 do Código Penal).

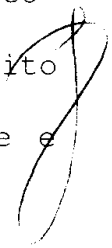
Veja-se que o Réu teve tempo bastante para renunciar e alcançar o objetivo por ele anunciado na Carta de Renúncia - ser

AP 333 / PB

julgado por seus pares. Passaram-se QUATORZE ANOS desde a ocorrência dos fatos a ele atribuídos. Por esta razão, é possível concluir que o exercício desta sua prerrogativa, como parlamentar, neste momento, teve a finalidade ilegítima de impedir o exercício da competência desta Corte e a própria prestação jurisdicional, o que retira, a meu ver, qualquer eficácia que este ato possa ter para o fim do julgamento de mérito desta ação penal, pautado no último dia 26 de outubro.

Senhora Presidente, uma última consideração: a alteração da competência desta Corte não pode se dar, ao menos no momento em que se deu, por vontade unilateral de uma das partes. Estaríamos reféns dos réus com prerrogativa de foro se, a cada momento que liberássemos um processo para julgamento, depois de todo o esforço necessário para tanto, sobreviessem os pedidos de renúncia. Daríamos aval para todo tipo de chicana processual, *data venia*.

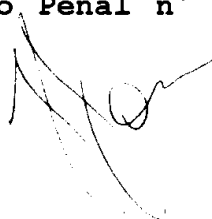
A meu ver, o intuito de fraude do ato de renúncia em comento é cristalino, razão pela qual não pode atingir os fins escusos que pretende alcançar. Do contrário, seremos cúmplices de uma clara afronta ao nosso ordenamento jurídico-constitucional, pois um ato de todo repugnado pelo Direito Positivo e pelos princípios maiores da boa-fé, da moralidade e



AP 333 / PB

da preponderância do interesse público sobre o particular, surtirá plenos efeitos impunemente.

Do exposto, Senhora Presidente, **proponho o acolhimento** da presente **questão de ordem**, no sentido de **darmos início ao julgamento da Ação Penal nº 333, em que é réu o senhor RONALDO CUNHA LIMA.**



05/11/2007

TRIBUNAL PLENO

ACÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente, esta Corte não se preocupa – e, a meu ver, não deve nunca preocupar-se – com aspectos puramente éticos de certos comportamentos alheios suscetíveis de representar juízo depreciativo a seu respeito.

O ato de que se cuida poderia, em certos limites, ser interpretado nesse sentido, mas isso me parece absolutamente irrelevante, até porque a Corte é e tem de permanecer sobranceira a críticas e juízos negativos sobre seus pronunciamentos e, com mais razão, sobre outros atos que, de igual modo, não chegam a arranhar-lhe o prestígio.

Entendo que a renúncia, nas circunstâncias em que se deu neste caso, às vésperas do julgamento, após mais de uma década, propõe à Corte, a meu ver, com o devido respeito, um problema jurídico; não, um problema de ordem moral, ou de ordem ética, mas um problema de ordem jurídica. E vou justificar, um pouco adiante, por que a Corte há de se abstrair dos aspectos éticos ou morais que eventualmente circundem o ato de que cogitamos.

Todos sabemos que a idéia de *abuso do direito* nasceu da jurisprudência francesa, muito preocupada, com toda a razão, com a reconhecida censurabilidade de atos que, praticados sob a mera aparência de licitude, traziam e trazem consequências jurídicas gravosas a terceiros.



AP 333 / PB

A esse respeito, um dos maiores juristas vivos, Castanheira Neves, num livro que talvez hoje, infelizmente, esteja algo esquecido, "*Questão-de-Facto-Questão-de-Direito*", sua dissertação de doutoramento na Universidade de Coimbra, onde rege ou regiu a cátedra de Filosofia do Direito, escreveu um pequeno capítulo que considero o mais brilhante de todos quantos tenho lido sobre o assunto e que me aventuraria a tentar resumir, reavivando que a solução dogmática então aventada, ressentindo-se da impossibilidade de contradição lógico-jurídica entre categorias absolutas e movendo-se em torno do problema da sanção ao *abuso do direito*, não conseguia desvencilhar-se do caráter absoluto em que concebia o direito subjetivo. Daí, a solução ou as soluções formais enchiam-se, em última análise, de certo absurdo, porque, sendo de caráter absoluto a concepção de direito subjetivo, reconheciam que algo era, ao mesmo tempo, conforme e contrário ao direito. E, na reprovação jurídica de exercícios abusivos, reduziam a idéia de abuso à de ato contrário ao direito e, como tal, ato ilícito e, portanto, à de ilegalidade.

Exatamente por causa dos defeitos lógico-jurídicos, em termos de coerência conceitual, uma segunda corrente tentou contornar essas dificuldades, apelando para uma solução que poderíamos chamar - e o autor o chama - de extrajurídica, pois se remetia à idéia de equidade e, como tal, punha limites externos ao perfil dogmático do direito subjetivo. Isto é, tratava-se de recorrer a princípios de ordem moral e de ordem ética para justificar que, no caso concreto, não haveria direito, porque, tratando-se de exigência de legitimação moral ou ética, o conteúdo conceitual do direito subjetivo encontrava limites



2

AP 333 / PB

exatamente nessas exigências metajurídicas ou extrajurídicas. Noutras palavras, *abuso do direito* só podia ser encontrar-se em atos animados de intenção malévola, na medida que não dispusesse de justificação suficiente no campo da moral ou no campo da ética.

Está claro que tal concepção nada tinha de jurídica, porque abandonava a tarefa de assimilação jurídica de um problema que é inerente à possibilidade normativa dos direitos subjetivos. E é nesse quadro que a idéia de *abuso do direito* penetrou em nosso direito positivo pela porta do art. 187 do vigente Código Civil, cujo enunciado não se restringe ao campo do direito privado, porque expressa noção própria da Teoria Geral do Direito e que, por via de consequência, não se limita a essa definição do Código Civil.

O *abuso do direito* tem de ser entendido e, como problema, obter resposta, dentro dos quadros do Direito. Ora, nos domínios do Direito, o *abuso de direito* só pode ser bem entendido, quando se abandone a noção absoluta do direito subjetivo, deixando-se de encará-lo apenas no aspecto formal ou lógico-conceitual, muito próprio da idealidade do Iluminismo, que deu origem às primeiras explicações desse fenômeno jurídico, porque o direito subjetivo não é apenas aquele que corresponde à sua figura lógica, à sua limitação de caráter formal, senão o que, substancialmente, cumpre o fundamento axiológico-normativo que constitui a base de concepção do próprio direito subjetivo de que se trate. Nesta perspectiva, o *abuso do direito* aparece, então, como direito que viola a intenção normativa que o fundamenta e assim põe, não já em termos lógico-formais, mas em termos jurídicos, outra contradição. Qual? A contradição

AP 333 / PB

entre a estrutura formal do seu conceito dogmático e a violação do seu fundamento normativo. E isto significa que o direito subjetivo não pode ser confundido com a estrutura formal, com a forma lógico-conceitual sob cujas vestes aparece à primeira vista no Direito, mas é aquele que, diante das peculiaridades do caso concreto - e daí a historicidade desse conceito -, cumpre seu fundamento axiológico-normativo. De modo que, para sintetizar – e, a meu ver, com grande argúcia e propriedade -, Castanheira remata que, quando se fala em *abuso do direito*, juridicamente só se pode ter o exercício de um *direito subjetivo apenas aparente*, pois, no caso histórico, não pode ser invocado na medida em que viola ou não cumpre o fundamento axiológico ou a intenção material que o definiria como direito subjetivo.

Trata-se, portanto, fundamentalmente, de um problema metodológico de aplicação ou de realização do direito objetivo, porque está em saber se o direito subjetivo, invocado no caso concreto, expressa, ou não, a Idéia de Direito.

Ora, voltando à espécie, ninguém poderia questionar que renúncia é, em princípio, ato unilateral. A questão aqui consiste em saber se, dentro das circunstâncias do caso, esse ato cumpre, no seu reflexo ou eficácia quanto à competência, o fundamento normativo que lhe dá validade e eficácia absolutas. A meu ver e com o devido respeito, parece-me que não. E é este problema que submeto à consideração da Corte pela razão simples de que um ato de renúncia, como exercício de direito subjetivo, é aquele que atende à conveniência ou interesse legítimo do titular na sua experiência de vida. Quando,



AP 333 / PB

porém, o ato perde esse caráter de tutela de uma conveniência ou de um interesse pessoal e vivencial e, ao mesmo tempo, tende a interceptar a incidência de uma norma de caráter cogente, ele pode assumir o cunho de fraude e, portanto, pode negar o fundamento axiológico que constitui, materialmente, o próprio direito subjetivo de renúncia.

É este o problema que estou propondo à Corte: saber se é direito subjetivo autêntico, que como tal podia ser exercido a qualquer tempo, ou se se trata de ato que, com a aparência de direito subjetivo, na verdade tenta evitar a incidência da norma constitucional que define e assegura a competência desta Corte para julgar os titulares de mandato parlamentar.

É este o problema que me parece extremamente grave, porque, se fosse ato praticado no início ou no meio do processo, não teria nenhuma dúvida em reconhecê-lo absolutamente conforme com a ordem jurídica e absolutamente conforme com o fundamento que dá validade jurídico-normativa ao que aparenta ser de direito. Não, porém, às vésperas do julgamento por esta Corte, quando assume contornos mais ou menos nítidos de uma declarada tentativa de apenas impedir a incidência da norma que dá competência a esta Corte para proceder ao julgamento.

Tal é a razão por que submeto à Corte a questão nestes termos: saber se o ato de renúncia constitui exercício de direito subjetivo, ou se é antes, a título de *abuso de direito*, a mera aparência de exercício de direito subjetivo que não existe, porque não existe direito subjetivo tendente a fraudar a incidência de norma constitucional que atribua competência a esta Corte.



05/11/2007

TRIBUNAL PLENO

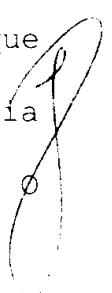
AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAEXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) -

Senhora Presidente, apenas para ressaltar ainda mais a natureza abusiva do exercício desse direito pelo réu, gostaria de informar alguns passos deste processo, que constam, aliás, do relatório, deixando clara essa intenção.

Os fatos ocorreram há exatos 14 anos, no dia 5 de novembro de 1993. Ainda em novembro de 93, foi oferecida denúncia contra o réu, que era, à época, Governador do Estado da Paraíba; imediatamente o Superior Tribunal de Justiça pediu licença à Assembléia Legislativa para dar início à ação penal. Poucos dias após, ainda em 93, a Assembléia Legislativa negou a licença. No ano seguinte, ele elegeu-se Senador pelo Estado da Paraíba.

O processo veio a esta Corte. O Supremo Tribunal Federal imediatamente pediu licença ao Senado Federal para processá-lo. O Senado Federal demorou quatro anos para responder a esse pedido. Quando respondeu, disse que não tinha o que responder, porque a Assembléia Legislativa do Estado já havia negado. Portanto, o pedido de licença já perdera o objeto. O



AP 333 / PB

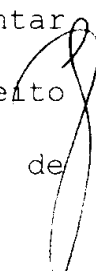
processo ficou paralisado até dezembro de 2001, quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 35, que aboliu a necessidade da licença.

Em 2002, o Supremo Tribunal Federal recebeu a denúncia, aliás, a pedido do próprio réu. O próprio réu, que é réu confesso, pediu o recebimento da denúncia, e isso foi feito. Desde 2002, portanto - e não desde 95, como se vem dizendo por aí -, esse processo tramita, período em que teve todas as oportunidades processuais de exercício do seu direito de defesa. E só às vésperas, quatro ou cinco dias antes do julgamento, ele veio exercer esse direito que eu, a exemplo do Ministro Peluso, entendo como uma tentativa de fraude, uma tentativa de impedimento ao exercício da jurisdição por esta Corte.

Acompanho o voto do Ministro Cezar Peluso também sob esse fundamento e voto pelo prosseguimento do julgamento.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Se Vossa Excelência me permite, gostaria de reforçar meu raciocínio.

Todos esses dados trazidos pelo eminente Relator confirmam o juízo de que houve um período extremamente longo em que as conveniências de caráter pessoal, que poderiam alimentar e motivar ato de renúncia como exercício típico de um direito subjetivo, se dissiparam. Não entro, aqui, em apreciação de



AP 333 / PB

caráter subjetivo sobre os motivos que teria invocado, pelos jornais, o resignante, no sentido de que devia, ou não, submeter-se a esse ou àquele juízo. Isso não me parece necessário nem jurídico considerar, mas mostra apenas, do lado objetivo, que a mim me escapa a existência de um horizonte dentro do qual poderia reconhecer o exercício típico de um direito subjetivo. Se há conveniência de ser julgado por um outro juízo, por um juízo de iguais, isto evidentemente não deve ter surgido apenas às vésperas do julgamento, após tantos anos de trâmite da causa. Essa conveniência, suponho, a menos que tivesse invocado fato superveniente que a revelasse, de certo modo sinaliza apenas uma tentativa de impedir o exercício da jurisdição da Corte.

Mais do que isso, e não é pouco, podemos estabelecer aqui precedente extremamente perigoso de o Supremo Tribunal Federal exaurir as poucas forças que ainda lhe restam na condução de causa que dura décadas, autorizando que, às vésperas do julgamento, detentores de mandato eletivo resignem, pondo a perder todo o trabalho da Corte, não obstante certos atos possam ser ainda aproveitados no juízo de primeiro grau ou noutro juízo reputado competente.

Não me parece aceitável, não me parece juridicamente fundado estabelecer tal precedente, que nos levaria a praticar

AP 333 / PB

atos inúteis, quando esta Corte tem, a seu cargo, problemas gravíssimos que não encontram soluções rápidas e tão céleres quanto todos desejamos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R. M.', is written over the end of the paragraph.

05/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAVOTO S/QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Ministro Cezar Peluso, em abono à tese de Vossa Excelência, pelo menos em linha de princípio, a Constituição trabalha às expressas não apenas com as figuras do abuso de poder - por exemplo, em mandado de segurança, a justificar a sua impetração, e de **habeas corpus** -, como abuso de direito e até abuso de prerrogativa. Essa nossa Constituição é de uma versatilidade normativa extraordinária.

A figura de abuso de direito, por exemplo, está no § 2º do art.9º, a propósito do direito de greve. E diz a Constituição:


"Art. 9º.....

§ 2º Os abusos cometidos" - abusos no exercício do direito, abusos de direito - "sujeitam os responsáveis às penas da lei."

Já no âmbito específico do mandato parlamentar, do exercício desse mandato, a Constituição fala:

"Art. 55.....

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno," - e vem essa



frase emblemática - "o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas."

Já no § 4º desse art.55, lembrado pelo Ministro Joaquim Barbosa, o que se tem também é a figura do abuso de direito. Chamemos até de abuso de prerrogativa, mas acho que é abuso de direito. Apenas a Constituição não usou da expressão, mas implicitamente está o abuso de direito a deduzir ou a teor da seguinte dicção:

"Art. 55....."

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994)"

Vale dizer, o § 4º foi concebido para impedir o abuso sem nenhuma dúvida, porque subjaz ao § 4º...

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sem dúvida nenhuma. É caso expreso do direito positivo de abuso de direito, isto é, caso em que não existe direito, mas mera aparência de direito subjetivo.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Isso. E ainda aqui é de se perguntar: - E esse pressuposto da perda do mandato? Há um risco,



AP 333 / PB

uma possibilidade de perda do mandato no caso do processamento de julgamento da ação penal? Sim, porque uma eventual condenação penal levaria à suspensão dos direitos políticos. Outra hipótese também prevista às expensas pela Constituição brasileira...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Ministro Britto, na eventualidade de uma condenação, poderia haver inclusive a perda do mandato como consequência da condenação (art.92 do Código Penal).

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - É o inciso III do art. 15.

Do ponto de vista constitucional normativo, a matéria está, parece-me, bem equacionada.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Acho que o raciocínio de Vossa Excelência é muito interessante. Vossa Excelência sustenta que essa renúncia não valeria para um processo **interna corporis**?

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Não, não valeria.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não valeria.

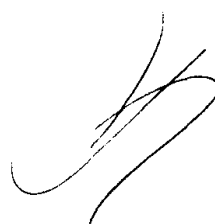


AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - A fortiori, não pode valer para um processo...

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - ...*externa corporis*, quer dizer, nem *interna corporis* valeria, nem endogenamente valeria, quanto mais exogenamente, com esse objetivo de fraudar, de obstruir a continuidade do exercício da jurisdição da Suprema Corte do país.

Eu me inclino, como estamos discutindo a matéria, para resolver também a questão de ordem no sentido da continuidade do julgamento. Mas ouçamos os nossos pares que ainda não falaram.



Supremo Tribunal Federal

05/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAVOTO s/QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhora Presidente, eu ouvi bem as observações sempre judiciosas do Ministro Cezar Peluso e hoje, mais do que judiciosas, porque com o apoio desse imenso jurista que é o Castanheira Neves.

A mim parece que a noção de direito subjetivo, que nasce no seio do direito natural, acaba - eu não diria soçobrando - tornando-se relativa no clima de positivismo jurídico. Porque o direito subjetivo não é a **facultas agendi**, mas, sim, a autorização, a permissão jurídica para o exercício da **facultas agendi**. Eu diria permissão para que um determinado sujeito pratique atos ou evite atos dada a permissão dada pelo direito. E isso tem tudo a ver exatamente com o que dizia o Ministro Peluso; ou seja, a ordem jurídica não autoriza, não pressupõe que se possa dela fazer uso para fraudar o exercício da jurisdição.

O meu convencimento seria no sentido de acompanhar o voto do Ministro Peluso, mas tenho a impressão de que a Ministra Cármen Lúcia, quando eu iniciava, fez uma observação. Eu gostaria de ouvi-la.

A SRA. MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhora Presidente, eu gostaria de, encaminhada a votação, pedir vista para um exame mais acurado.

AP 333 / PB

Supremo Tribunal Federal

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Pedirá vista? Y

A SRA. MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Vou pedir vista.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Isso é muito bom, porque dará oportunidade aos Ministros que estão ausentes de participarem de uma decisão que eu considero relevantíssima.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Extremamente relevante.

J

05/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333

VISTA

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhora Presidente, completando o que o Ministro Eros Grau disse, até na mesma esteira também, só para deixar assentado, eu lembraria que, no outro julgamento na Primeira Turma, quando estávamos a questionar um problema constitucional sério, eu disse que a norma constitucional que estava em discussão naquele *habeas corpus* eventualmente poderia levar a se pensar que seria impraticável, diante das prerrogativas de um parlamentar, que o Supremo pudesse atuar no sentido de exercer a jurisdição - que não é direito, é dever constitucional nosso; para isso estamos aqui. Naquela ocasião, eu dizia - é rápido o que lerei a Vossa Excelência - *"A latere da questão específica do direito subjetivo, porque acho que prerrogativas, tal como posto, não são realmente direitos; são garantias que são dadas ao cargo e, portanto, ninguém pode se valer deles para se escusar dos deveres constitucionais, como é a submissão à jurisdição quando tanto se fizer necessária"*.

Eu dizia, então, que *"duas ordens de cuidado devem presidir a interpretação das normas constitucionais na matéria"*. A primeira de que *"a Constituição garante a imunidade relativa dos parlamentares, mas proíbe a imunidade absoluta de quem quer que seja"*.

A segunda, de que *"a regra limitadora do processamento de parlamentar"* e os seus consectários têm que garantir os direitos da sociedade, e não as facilidades de que eventualmente se entenda fazer valer o parlamentar.

Ainda naquela ocasião, dizia que *"é com a percepção dessa natureza jurídica da imunidade e a proibição"* de que qualquer parlamentar

possa-se isentar de se submeter à jurisdição que eu me valia da palavra de Black, em sua obra sobre a interpretação de leis e basicamente sobre a Constituição, no qual ele diz o seguinte:

"Uma lei deve ser interpretada em consonância com seu espírito e razão; as Cortes têm poder para declarar que um caso conformado à letra da lei não é por ela alcançado quando não esteja conformado ao espírito e à razão da lei e da plena intenção constitucional".

E, ainda, citando decisão da Suprema Corte americana, o grande jurista transcreve as seguintes considerações: *"É uma regra cediça a de que algo pode estar conforme a letra de uma lei e, entretanto, não com a própria lei, porque não está conforme o seu espírito nem com seus fatores."*

Esse pensamento tem sido freqüentemente afirmado, e os repertórios estão repletos de casos ilustrativos de sua aplicação. Isso não é a substituição da intenção do juiz pela do legislador, pois, freqüentemente, palavras de sentido geral são usadas em uma lei, palavras amplas o bastante para abarcar o ato em questão, e, todavia, a consideração da legislação em sua totalidade, ou das circunstâncias que envolvem sua produção, ou dos resultados absurdos e inócuos que promanariam de se atribuir tal sentido a amplas palavras, faz com que seja descabido admitir que o legislador pretendeu nelas abranger o caso específico.

Neste caso que estamos a discutir, exatamente é isso que parece acontecer. A letra formal, isolada da lei, poderia levar ao resultado oposto do que quer a Constituição, razão pela qual penso que a questão posta é extremamente valiosa.

Lembraria, Ministro Joaquim, que já houve um precedente deste não neste Tribunal, mas, em 1992, a OAB chamou três pessoas, entre as quais estava eu, para dar parecer, porque, no final de um processo contra um ex-presidente, poderia sobrevir a renúncia quando não iniciada a sessão de julgamento, mas o processo já estava em andamento. E,

antecipando isso, nós demos parecer exatamente no sentido de que a renúncia, naquele caso, não interromperia o processo. E foi o que este Supremo Tribunal Federal acabou fazendo valer.

Por todas essas razões, peço vista para aprofundar a questão e trazer o mais breve possível

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - O que será muito oportuno porque vai nos possibilitar ouvir aos demais Colegas.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Queria lembrar, Ministra Cármen Lúcia, que em Hermenêutica e Aplicação do Direito, essa obra clássica de Carlos Maximiliano, está dito que não se pode interpretar um dispositivo jurídico de modo a levá-lo a sua ineficácia. Aliás, o Ministro Cezar Peluso bem enfatizou, também o Ministro Joaquim, ambos subsidiados pelo Ministro Eros Grau.

Não se pode dar a um texto normativo, a um dispositivo jurídico uma interpretação que conduza à ineficácia do texto interpretado; ou seja, ele deixa de cumprir a função para o qual se preordena a todas as luzes. Então, confundir, realmente, exercício do Direito com a prática de uma deliberada fraude impeditiva, no caso, da continuidade da jurisdição do Supremo Tribunal Federal parece algo demasiadamente grave.

Mas aguardemos o pedido de vista da Ministra Cármen e, também, a recomposição numérica da nossa Corte porque, salta à evidência, salta aos olhos, o tema é de extrema importância.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AÇÃO PENAL 333-2

PROCED.: PARAÍBA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REVISOR : MIN. EROS GRAU

AUTOR(A/S) (ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REU(É) (S): RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA

ADV.(A/S): JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

Decisão: Apreciando questão de ordem suscitada pelo Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), no sentido do prosseguimento da ação penal, no que foi acompanhado pelos Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Menezes Direito. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 05.11.2007.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Cármen Lúcia.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário

07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333

ESCLARECIMENTO

A SRA. MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhora Presidente, no preparo do meu voto-vista, verifiquei que, embora estivéssemos a discutir e decidir votar quanto à questão de ordem referente ao prosseguimento desta ação neste Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o ato de renúncia do Deputado Federal Ronaldo Cunha Lima, havia outra questão de ordem suscitada que se refere à competência deste Supremo Tribunal Federal também, porém, relativamente ao ato impugnado e que se baseava, portanto, numa questão de direito processual penal e a competência constitucional para o seu julgamento por esta Corte ou pelo Tribunal do Júri. Matéria que foi argüida e que, portanto, seria prejudicial inclusive quanto ao julgamento, por este Supremo Tribunal Federal, se assim entendesse o Plenário.

Indago a Vossa Excelência se não seria o caso de - antes de ler o meu voto-vista referente à questão que estava na fase de tomada de votos - voltar ao eminente Ministro-Relator Joaquim Barbosa para que ele, contextualizando, acertasse se realmente

aquela questão é prévia a esta que estávamos votando ou não, para que eu possa dar seqüência, lendo o meu voto-vista.

Obs.: Texto sem revisão (§ 4º do artigo 96 do RISTF)

07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA**ESCLARECIMENTO**

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Senhora Presidente, no dia 20 de setembro deste ano, após a apresentação das alegações finais pelo Ministério Público e pela defesa, a defesa, após quatorze anos de tramitação deste processo, suscitou uma questão de ordem consistente na suposta antinomia entre a competência do Tribunal do Júri e a competência por prerrogativa de função de que era detentor o réu.

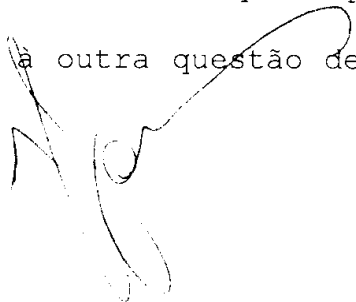
Despachei no dia 16 de outubro da seguinte forma:

"Trata-se de questão de ordem formulada pela defesa, no sentido da incompetência desta Corte para processar e julgar o feito, tendo em vista a competência constitucional do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes contra a vida.

Conduzirei a arguição ao julgamento do Plenário, previamente à análise do mérito da presente ação penal como questão de ordem."

Assim procedi e os fatos que se sucederam já são do conhecimento de todos.

Acolho a ponderação feita pela Ministra Cármen Lúcia e passo ao exame desta questão de ordem que é prejudicial, segundo Sua Excelência, em relação a outra questão de ordem suscitada na segunda-feira passada.



07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REVISOR : MIN. EROS GRAU
AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU(É) (S) : RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

V O T O
(QUESTÃO PRELIMINAR)

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Senhora Presidente, quando estes autos já estavam conclusos para julgamento, e em fase avançada de elaboração do voto, inclusive com relatório já preparado por este Relator, a defesa trouxe aos autos, extemporaneamente, preliminar de **incompetência absoluta desta Corte para o julgamento de crimes dolosos contra a vida.**

Por se tratar de matéria de ordem pública, dela conheço de ofício.

Os advogados do réu alegaram o seguinte (fls. 3023/3034, vol. 12):

"O objeto da presente questão de ordem é a preservação da **garantia constitucional do requerente, como cidadão, de ser julgado pelo juízo natural do Tribunal do Júri.**

Em que pese o **processamento** do feito ser de competência desta Corte, em razão da prerrogativa de foro que lhe é atribuída *ratione muneris*, **o juízo natural para o julgamento do presente feito é do Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa - PB (...).**

(...) a **garantia do Tribunal do Júri** (art. 5º, XXXVIII, d, CF) **deve prevalecer em desfavor das**

normas de competências, mesmo que elas tenham sede na Constituição Federal (arts.: 29, VIII; 96, III; 108, I, a; e 102, I, b e c, CF), seja pela **interpretação sistemática**, seja pela **resolução de um aparente conflito**.

O fato de as normas de competência **não terem status de princípio**, mas de **regras**, favorece o entrelaçamento e a **prevalência do Júri Popular**, tido como princípio soberano de garantia. Mais ainda porque **entre normas de hierarquias diferentes, não há conflito e sim prevalência da que tenha nível superior**.

(...)

De tão relevante, o princípio-garantia do Júri Popular é uma **cláusula pétrea**, como tal garantida pelo art. 60, §4º, CF, não sendo possível sua exclusão por via constitucional derivada, nem sua extensão a outros delitos por via infraconstitucional.

(...)

A garantia do Tribunal do Júri tem sido **reconhecida** por todas as Constituições Republicanas como **juízo natural nos casos de crimes dolosos contra a vida**.

(...) afora a quebra do princípio do juízo natural, a norma de competência retira do acusado a possibilidade de utilizar-se de instâncias recursais. Ocorre até, em alguns casos, que o julgamento por prerrogativa de foro não permite nenhum recurso, conferindo ao julgado a complexidade de, numa só assentada, ser único e último.

Assim, o devido processo legal é violado pelo deslocamento da competência.

(...)

Por todo o exposto, requer seja provida a presente questão de ordem, a fim de que se reconheça a prevalência da **garantia individual** do cidadão Ronaldo Cunha Lima de ser julgado, no caso em espécie, pelo juízo natural do Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa - PB, sobre a norma de competência que garante prerrogativa de foro aos membros do Congresso Nacional."

Pois bem.

AP 333 / PB

Considero **manifestamente improcedente** o pedido de deslocamento da competência para o tribunal do júri.

Com efeito, o art. 102, I, b, da Constituição da República é mais do que claro ao firmar a competência deste Tribunal não apenas para processar, como pretende a defesa, mas também para julgar os membros do Congresso Nacional **nas infrações penais comuns**. Não há, aqui, hipótese de inadmissível **antinomia** entre normas constitucionais, nem de necessidade de ponderação entre **princípios e/ou regras** constitucionais, não existindo o apontado conflito, nem mesmo de modo aparente, com o art. 5º, XXXVIII, da CRFB. Aliás, diferentemente do que afirmado pela defesa, no caso em análise, o que temos são duas regras: de um lado, a que fixa a competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes contra a vida; e, de outro, a que determina a competência do Supremo Tribunal Federal para julgar os crimes em tese cometidos por detentores de mandato parlamentar federal. De todo modo, não poderia prevalecer a tese da defesa no sentido da existência de uma hierarquia entre normas constitucionais, na qual os princípios teriam uma estatutura superior. Isto poderia conduzir, embora o negue a defesa, à existência de normas constitucionais inconstitucionais, o que é inadmissível.

No caso, portanto, há pura e simplesmente uma **exceção**, estabelecida pela própria Constituição, à competência do

AP 333 / PB

Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

O fato de a instituição do Tribunal do Júri constituir cláusula pétrea constitucional, outro argumento trazido pela defesa, não guarda, obviamente, **qualquer relação com o caso**, pois o mandamento do art. 60, §4º, da Constituição, é dirigido ao constituinte derivado. Não significa que o constituinte originário não possa, como fez, prever exceções à sua aplicação.

O juízo natural da presente causa é, **sem qualquer dúvida**, o Supremo Tribunal Federal, tal como estabelece a Constituição, não havendo por que se mitigar o alcance desta disposição da Lei Maior pelo só fato de o réu não ter, após seu julgamento, direito a interpor recursos para outras instâncias. Esta impossibilidade recursal era do conhecimento do legislador constituinte, que ainda assim fixou a regra do art. 102, I, b. E isto acontece em relação a **quaisquer crimes comuns** de cuja prática venham a ser acusados os detentores da prerrogativa de foro perante este Tribunal. Serão julgados, em única e última instância, por esta Corte. Assim, não há de se falar em violação ao devido processo legal; violaria tal princípio, isto sim, o julgamento por outro órgão que não aquele constitucionalmente previsto.

AP 333 / PB

Por fim, apenas para demonstrar a total improcedência das alegações, destaco que esta Corte reconhece a mitigação da competência do Tribunal do Júri pela própria Constituição da República, nos casos de crime doloso contra a vida cometido, em tese, por detentor de foro por prerrogativa de função (HC n° 69325, rel. min. Néri da Silveira; HC n° 70.581, rel. min. Marco Aurélio; HC n° 79.212, rel. min. Marco Aurélio). Ainda, neste sentido, transcrevo as seguintes ementas, verbis:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. COMPETÊNCIA. PREFEITO MUNICIPAL, DENUNCIADO POR CRIME DE HOMICÍDIO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 29, VIII. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PROCESSA E JULGA, ORIGINARIAMENTE, OS PREFEITOS MUNICIPAIS, NOS CRIMES COMUNS, DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, INCLUÍDOS OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. NÃO INCIDE, NA ESPÉCIE, O ART. 5º, XXXVIII, LETRA "D", DA CONSTITUIÇÃO, QUANTO À COMPETÊNCIA DO JÚRI, PARA O JULGAMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. CEDE A NORMA GERAL DE COMPETÊNCIA, DIANTE DA REGRA ESPECIAL QUE DISPÕE SOBRE O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. NÃO PODE PREVALECER NORMA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE, PORVENTURA AFETE AO JÚRI O JULGAMENTO DE PREFEITOS MUNICIPAIS ACUSADOS DA PRÁTICA DE CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 22, I. NA APLICAÇÃO DO ART. 29, VIII, DA LEI MAGNA DE 1988, O STF TEM FEITO, APENAS, DISTINÇÃO ENTRE CRIME COMUM DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL E CRIME COMUM DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, GARANTINDO, DE QUALQUER SORTE, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DA UNIÃO, O FORO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, NAS HIPÓTESES DE CRIME, CONTRA BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO OU SUAS AUTARQUIAS (CONSTITUIÇÃO, ART. 109, IV), PRATICADOS POR PREFEITOS MUNICIPAIS. NAS HIPÓTESES DO ART. 29, VIII, DA CONSTITUIÇÃO, APLICA-SE, TAMBÉM, A SÚMULA 394 DO STF. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, A FIM DE RECONHECER A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO."

(RE 162966, rel. min. Néri da Silveira, DJ 08.04.1994)

"HABEAS-CORPUS". CRIME PRATICADO POR PREFEITO MUNICIPAL (ART. 1., I E IX, DO DECRETO-LEI N. 201/67). REGIMENTO INTERNO E RESOLUÇÃO N. 15/91 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIAS: COMPETÊNCIA ORIGINARIA PARA PROCESSAR E JULGAR PREFEITO ATRIBUIDA AS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS (CF, ART. 29, VIII, DA REDAÇÃO ORIGINAL, OU ART. 29, X, COM A REDAÇÃO DADA PELA E.C. N. 1/92). 1. Cabe, exclusivamente, ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça atribuir competência ao Pleno, ou ao Órgão Especial, ou a órgão fracionário, para processar e julgar Prefeitos Municipais (CF, art. 29, X, e art. 96, I, "a"). 2. A Resolução n. 15, de 12.06.91, do Plenário do Tribunal de Justiça goiano, que vigora como Emenda Regimental, atribui competência originaria as Câmaras Criminais Isoladas para o julgamento de Prefeitos Municipais, ressalvados os crimes dolosos contra a vida, cuja competência é do Pleno. 3. Improcedência da alegação de incompetência da Primeira Câmara Criminal, para julgar Prefeito Municipal. 4. "Habeas-corpus" conhecido, mas indeferido."

(HC 73232, rel. min. Maurício Corrêa, DJ. 03.05.1996).

HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE QUE É ACUSADO DEPUTADO ESTADUAL. PODE A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO-MEMBRO, COM BASE NO PODER IMPLÍCITO QUE RECONHECE A ESTE DE ATRIBUIR A SEUS AGENTES POLITICOS AS MESMAS PRERROGATIVAS DE FUNÇÃO DE NATUREZA PROCESSUAL PENAL QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL OUTORGA AOS SEUS QUE LHE SÃO CORRESPONDENTES, ESTABELECE QUE O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO DE DEPUTADO ESTADUAL É O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, PARA TODOS OS CRIMES DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DESSE ESTADO-MEMBRO, INCLUSIVE OS DOLOSOS CONTRA A VIDA. EXISTÊNCIA, NO CASO, DE NORMA CONSTITUCIONAL ESTADUAL NESSE SENTIDO. HABEAS CORPUS DEFERIDO EM PARTE.

(HC 58410, rel. min. Moreira Alves, DJ 15.05.1981)

"Habeas Corpus. 2. Procurador do Estado da Paraíba condenado por crime doloso contra a vida. 3. A Constituição do Estado da Paraíba prevê, no art. 136,

XII, foro especial por prerrogativa de função, dos procuradores do Estado, no Tribunal de Justiça, onde devem ser processados e julgados nos crimes comuns e de responsabilidade. 4. O art. 136, XII, da Constituição da Paraíba, não pode prevalecer, em confronto com o art. 5º, XXXVIII, letra d, da Constituição Federal, porque somente regra expressa da Lei Magna da República, prevendo foro especial por prerrogativa de função, para autoridade estadual, nos crimes comuns e de responsabilidade, pode afastar a incidência do art. 5º, XXXVIII, letra d, da Constituição Federal, quanto à competência do Júri. 5. Em se tratando, portanto, de crimes dolosos contra a vida, os procuradores do Estado da Paraíba hão de ser processados e julgados pelo Júri. 6. Habeas Corpus deferido para anular, ab initio, o processo, desde a denúncia inclusive, por incompetência do Tribunal de Justiça do Estado, devendo os autos ser remetidos ao Juiz de Direito da comarca de Taperoá, PB, determinando-se a expedição de alvará de soltura do paciente, se por al não houver de permanecer preso."

(HC 78168, rel. min. Néri da Silveira, DJ 29.08.2003)

"RECLAMAÇÃO - QUEBRA DE SIGILO BANCARIO DE MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL - MEDIDA DECRETADA POR TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE) NO ÂMBITO DO INQUERITO POLICIAL INSTAURADO CONTRA DEPUTADOS FEDERAIS PARA APURAÇÃO DE CRIME ELEITORAL - IMPOSSIBILIDADE - USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PENAL ORIGINARIA DO STF - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. - O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SENDO O JUIZ NATURAL DOS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL NOS PROCESSOS PENAIS CONDENATORIOS, E O ÚNICO ÓRGÃO JUDICIARIO COMPETENTE PARA ORDENAR, NO QUE SE REFERE A APURAÇÃO DE SUPOSTOS CRIMES ELEITORAIS ATRIBUIDOS A PARLAMENTARES FEDERAIS, TODA E QUALQUER PROVIDENCIA NECESSARIA A OBTENÇÃO DE DADOS PROBATORIOS ESSENCIAIS A DEMONSTRAÇÃO DE ALEGADA PRATICA DELITUOSA, INCLUSIVE A DECRETAÇÃO DA QUEBRA DE SIGILO BANCARIO DOS CONGRESSISTAS.. - **A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU-SE NO SENTIDO DE DEFINIR A LOCUÇÃO CONSTITUCIONAL "CRIMES COMUNS" COMO EXPRESSAO ABRANGENTE A TODAS AS MODALIDADES DE INFRAÇÕES PENAIS, ESTENDENDO-SE AOS DELITOS ELEITORAIS E ALCANÇANDO, ATÉ MESMO, AS PROPRIAS CONTRAVENÇÕES PENAIS. PRECEDENTES.** - A GARANTIA DA IMUNIDADE

AP 333 / PB

PARLAMENTAR EM SENTIDO FORMAL NÃO IMPEDE A INSTAURAÇÃO DO INQUERITO POLICIAL CONTRA MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO, QUE ESTA SUJEITO, EM CONSEQUENCIA - E INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER LICENÇA CONGRESSIONAL -, AOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PROMOVIDOS PELA POLICIA JUDICIÁRIA, DESDE QUE ESSAS MEDIDAS PRE-PROCESSUAIS DE PERSECUÇÃO PENAL SEJAM ADOTADAS NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATORIO EM CURSO PERANTE ÓRGÃO JUDICIARIO COMPETENTE: O STF, NO CASO DE OS INVESTIGANDOS SEREM CONGRESSISTAS (CF, ART. 102, I, B). . - INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (LC N. 64/90, ART. 22). NATUREZA JURÍDICA. PROCEDIMENTO DESTITUÍDO DE NATUREZA CRIMINAL. COMPETÊNCIA JURISDICCIONAL: JUSTIÇA ELEITORAL, MESMO TRATANDO-SE DE DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES. PRECEDENTE." (RTJ 137/570, Rcl 511-PB, Rel. Min. CELSO DE MELLO). (destaquei)

Registro, ainda, trecho do voto proferido pelo Min. Néri da Silveira no HC 69.344 (DJ 18.06.1993), esclarecedor quanto ao entendimento pacificado nesta Corte sobre a matéria:

"(...)

É assente, de outra parte, o entendimento desta Corte segundo o qual, na fórmula "crimes comuns", se compreendem todos os delitos, que não se capitulem entre os denominados delitos de responsabilidade. **Assim, são crimes comuns os definidos no Código Penal, quanto na legislação penal especial, inclusive os crimes eleitorais. Não há, portanto, dúvida alguma quanto a se enquadrarem, no rol dos crimes comuns, os delitos dolosos contra a vida, com expressa definição na lei penal comum.**

É certo, no art. 5º, inciso XXXVIII, letra "d", da Constituição, consigna-se ser da competência do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. A mesma Carta Magna, no art. 96, III, ao conferir, por prerrogativa de função, competência aos Tribunais de Justiça para julgar os Juízes estaduais e os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, tão-só, estabeleceu uma exceção, ao ressaltar a competência da Justiça Eleitoral. No HC nº 69.325-3/130, tive ensejo de afirmar que a norma do art. 5º, XXXVIII, letra "d", da Constituição, não

impede a incidência, nem no art. 102, I, letras "b" e "c", nem do art. 105, I, letra "a", nem do art. 108, I, letra "a", nem ainda, do art. 96, III, ou do art. 29, VIII, todos da Lei Magna da República, onde se contemplam regras dispondo sobre foro por prerrogativa de função. **Assim, acusada de homicídio, será qualquer das autoridades, a que se referem os dispositivos maiores aludidos, processada e julgada no Tribunal competente e não no Tribunal do Júri.** É exato que, no julgamento aludido, realizado em sessão de 27 de maio de ano em curso, prevaleceu, quanto aos co-réus, não beneficiários de foro por prerrogativa de função, o entendimento sustentado pelo ilustre Ministro Marco Aurélio, nesta Turma, consoante o qual a regra do art. 5º, XXXVIII, letra "d", da Constituição, impede incidam as normas processuais relativas à conexão ou continência, de tal sorte que se há de dar o desmembramento do processo, em ordem a que, perante o Júri, respondam os co-réus, em crime doloso contra a vida, que não estão sujeitos ao foro por prerrogativa de função, mantendo-se, sob o julgamento do Tribunal competente, apenas, a autoridade, co-ré, a que se refiram as normas constitucionais antes indicadas. Do precedente aludido, decorre, assim, que não é invocável a unidade processual, por conexão ou continência, para afastar a competência do Júri, relativamente aos que não possuem foro por prerrogativa de função, definido na Lei Magna de 1988. (...)"(destaquei).

Por fim, registro que não é outro o entendimento doutrinário acerca do tema em análise, verbis:

"(...)

E nos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, praticados pelas pessoas com foro privativo concedido pela Constituição Federal? Neste caso há de prevalecer o privativo, porquanto a Constituição, embora houvesse fixado, no art. 5º, XXXVIII, a competência do Júri para os crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, ela podia excepcionar a si própria.

(...)” (TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado, 2ª ed., São Paulo, Ed. Saraiva, p. 196)

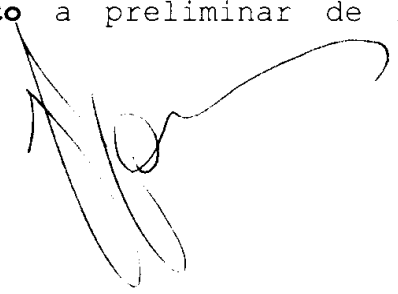
“(...)”

Prerrogativa de função e Tribunal do Júri: para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, a Constituição Federal estabeleceu, como regra, ser competente o Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, d). Entretanto, constitui também previsão constitucional o foro privilegiado em virtude da prerrogativa de função. **Assim, surgiria a questão: se um deputado federal cometesse um homicídio doloso deveria ser julgado no Supremo Tribunal Federal ou no Tribunal do Júri?** A questão vem sendo respondida, de forma praticamente unânime, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, que, se ambas as previsões de competência são estabelecidas na Constituição Federal, deve-se considerar especiais aquelas que dizem respeito à prerrogativa de foro, em detrimento, pois, ao Tribunal do Júri. **O deputado deve ser julgado no Supremo Tribunal Federal.** Essa postura, embora sejamos contrários ao foro por prerrogativa de função, está correta. O júri é o órgão competente para analisar os crimes dolosos contra a vida, como regra geral. Em caráter especial, algumas autoridades têm foro específico. Nesse prisma, confira-se a lição de Maria Lúcia Karam: “Inobstante a censura que se possa politicamente fazer ao entendimento e à opção do constituinte, não se apresenta possível uma construção jurídica destinada a fazer aqui prevalecer o direito individual. **O afastamento da competência do júri, nos casos em que devem incidir as regras que estabelecem a competência originária de órgãos jurisdicionais superiores em razão do cargo público ocupado pela parte a quem se atribui a prática de infração penal, resulta de opção do constituinte, que a deixou expressa ao não fazer qualquer ressalva, naquelas regras, quanto às infrações penais incluídas na competência privativa do júri**” (Competência no processo penal, p. 99). Consolidando a sua posição acerca do tema e dando novos subsídios importantes, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula 721, nos seguintes termos(...). Ratificou o Pretório Excelso, de maneira indireta, que a prerrogativa de foro, fixada na Constituição Federal, excepciona a

AP 333 / PB

competência genérica do júri, para os delitos dolosos contra a vida, também estabelecida na Carta Magna. Por outro lado, deixou claro que as autoridades, cujo foro privilegiado foi obtido por disposição da Constituição Estadual, devem ser processadas no Tribunal do Júri, caso cometam crimes dolosos contra a vida, uma vez que a regra constitucional estadual não pode prevalecer sobre norma constitucional federal, ainda que esta tenha o caráter genérico. É correta essa visão, merecendo, então, alguns exemplos: **a) deputado federal, que possui foro privilegiado garantido na Constituição Federal, cometendo crime doloso contra a vida, continuará a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal(...)**"(NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado, 5ª ed., 2005, Ed. Revista dos Tribunais, pp. 259-260) (destaquei)

Portanto, **rejeito** a preliminar de incompetência da Corte, suscitada pelo réu.



Supremo Tribunal Federal

07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAVOTO S/QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Senhora Presidente, a mim parece que não há uma antinomia entre os dois preceitos.

De qualquer modo, a circunstância da existência daquela questão de ordem, naquele momento processual, importa em que eu retire a ênfase que dei, na segunda-feira, quando pronunciei meu voto a respeito dessa questão de ordem. Não me parece que tenha havido algum expediente dos advogados...

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)- Ministro Eros Grau, ainda não estamos discutindo isso. Estamos discutindo a questão de ordem que foi posta agora.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Estou convencido, diante desta questão de ordem que Vossa Excelência trouxe agora, de que não houve chicana, nem escárnio.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - No meu voto não tratei de chicana. Examinei a questão de ordem tal como formulada. Todos os argumentos da questão de ordem foram por mim examinados aqui no meu voto.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Como eu ia observando, e sem necessidade de me estender no tema, o conhecimento da questão de ordem, agora, altera a minha posição em relação à

matéria votada na segunda-feira. Parece-me que houve um procedimento correto por parte dos advogados.

Com relação à questão de ordem trazida agora, e que estava aí desde setembro, acompanho o Relator.



07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Desculpe-me, Ministro Menezes Direito, eu pedi vista sobre outra questão de ordem, mas não sobre essa. *h*

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Foi Sua Excelência, a ministra Cármen Lúcia, quem ressaltou a necessidade de exame dessa matéria. Vamos ouvi-la.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Dessa matéria, antes que eu pudesse proferir *h*

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Relator, de início, não colocou a matéria. E Vossa Excelência, então, antes de proferir o voto, salientou que essa questão de ordem deveria merecer exame. Creio que precisamos ouvi-la.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)- Ministro Marco Aurélio, Vossa Excelência não estava presente à sessão de segunda-feira.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Esteja certo de que conheço o voto de Vossa Excelência, o relatório e as discussões travadas na segunda-feira. Acompanho a vida do Tribunal. Não estive presente porque assumi...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)- Vossa Excelência não precisa justificar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Um minutinho, Excelência. Vossa Excelência precisa ouvir. O bom juiz deve estar sempre pronto a ouvir.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)- Ouço Vossa Excelência com o maior prazer.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não estive presente, na segunda-feira - e devemos tratar, amanhã, dessas superextraordinárias -, porque assumira, há mais de três meses, um compromisso no Rio de Janeiro, no Tribunal de Contas do município onde fui homenageado como integrante desta Corte. E tive a incumbência de falar em nome dos outros seis homenageados.

Por isso não estive presente, porque não costumo faltar às sessões do Tribunal.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)- Ministro Marco Aurélio, quis explicar a razão pela qual eu não trouxe a questão de ordem na segunda-feira. Tentarei recapitular os acontecimentos daquele dia.

Dirigi-me a este Tribunal preparado para julgar o caso. Ao chegar aqui, quinze minutos antes do início da sessão, fui informado, pelo Vice-Procurador-Geral da República, de que o Ministério Público tomara conhecimento da publicação, no Diário do Congresso Nacional, do ato de renúncia. O que mudava completamente toda a preparação que eu havia feito para o julgamento.

Diante dessa informação, aí, sim, fui pego de surpresa. E não devemos esquecer de que vínhamos de um longo feriado e eu não tinha tomado conhecimento, até então, de um ato essencial incontornável ao julgamento deste caso, que era a publicação da renúncia. Sem o ato de publicação da renúncia, não há renúncia. Fiquei sabendo, aqui, quinze minutos antes do início do julgamento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Com certeza Vossa Excelência prolatou um voto de improviso!

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Com certeza. Estamos aqui para isso.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente, Vossa Excelência me permite? Apenas para fazer justiça aos fatos e, indiretamente, às pessoas.

Os fatos que se sucederam foram os seguintes: esta questão de ordem, que agora se passa a decidir, era absolutamente desconhecida dos que estavam então presentes, com exceção do Ministro-Relator. Portanto,

quando a Ministra Cármen Lúcia pediu vista, não o fez para examinar esta questão de ordem, mas para examinar aquela suscitada a propósito da eficácia, ou não, da renúncia.

De modo que, se Sua Excelência não pediu vista para examinar a questão de ordem ora submetida a julgamento, parece-me que, pela lógica e diretriz regimental, temos de colher o voto de todos, até porque Sua Excelência, eventualmente, pode ter examinado também esta questão de ordem. Temos de restabelecer a ordem regimental de votação.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - Assim também me parece. Logo em seguida, a Ministra Cármen Lúcia, depois do voto do Ministro Menezes Direito, terá a oportunidade de se manifestar.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhora Presidente, queria salientar, na seqüência do que disse o Ministro Cezar Peluso, que suscitei, hoje, a questão de ordem exatamente porque ela seria prejudicial à que venho trazendo, e, eventualmente, nem seria o caso de ler o meu voto-vista ou de explanar o que nele se contém, para Vossas Excelências, se se chegasse, por exemplo, à conclusão - estou supondo teoricamente - de que este Tribunal não teria competência. Porque, então, a análise da competência para o prosseguimento, em face da renúncia, já não teria sentido algum.

Razão pela qual, Ministro Marco Aurélio, parece-me que, talvez, seja conveniente mesmo prosseguir nesta questão e, a partir do seu resultado, se prosseguíssemos, eu então faria as referências quanto à segunda questão de ordem.

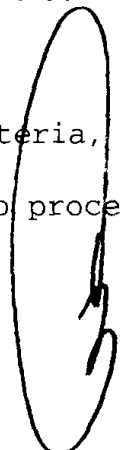
07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, o nobre relator trouxe precedentes do Tribunal. Tenho lembrança de um precedente - se não me falha a memória - de Goiás, de 1992, no qual fiquei designado redator para o acórdão, em que esse tema foi versado. Estava há dois anos no Tribunal. Hoje, estou há dezessete. Assaltam-me dúvidas quanto à garantia constitucional do julgamento do cidadão pelo Tribunal do Júri; assaltam-me dúvidas se a prerrogativa de foro abrange até mesmo a denominada Justiça Especializada.

Ante esse quadro e considerada a matéria, se os Colegas que votam antes de mim permitirem, peço vista do processo.



07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) -

Ministro Marco Aurélio, na condição de Relator deste caso, tenho responsabilidade de alertar a Corte para o seguinte fato: este processo tramita há quatorze anos; a denúncia foi recebida há exatos cinco anos; estamos diante de um acusado que já ultrapassou os setenta anos.

Portanto, estamos já no limiar da prescrição. Esse fato é importante. Creio que a Corte tem de levá-lo em consideração. Esse era o alerta que eu tinha a fazer.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A vista é regimental.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Sem dúvida. Mas é obrigação do Relator, que se debruçou sobre os autos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não costumo transformar o pedido de vista em "perdido de vista".


O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Fiz o alerta à Corte, como seu porta-voz por ter a responsabilidade destes autos há exatos quatro anos.

Era o que tinha a dizer.

Supremo Tribunal Federal

AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Quando foram conclusos a Vossa Excelência para a preparação do relatório e do voto?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Há quase dois meses. 

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não levarei dois meses com o processo.

07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

E X P L I C A Ç Ã O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhora Presidente,
aguardo a volta do pedido de vista.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right and a curved line above it.

07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAVOTO S/QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Senhora Presidente, diante das peculiaridades do caso, que são patentes, evidentes, peço vênica ao Ministro Marco Aurélio para adiantar voto.

Entendo que, na linha do voto do eminente Ministro Joaquim Barbosa, a antinomia é aparente. A Constituição não entrou em contradição ao reservar para a competência do Supremo Tribunal Federal o processo e o julgamento de certas autoridades quando a elas são imputadas infrações penais comuns.

Aí, essa regra de competência outorgada ao Supremo Tribunal Federal comparece como norma especial, e aquela do Júri, como norma geral, tanto que esta alcança, sem exceção, todos os indivíduos, todos, indistintamente. É uma norma que alcança toda uma série de pessoas acusadas de crimes dolosos contra a vida.

Já a regra de competência do Supremo Tribunal Federal, chamada de foro especial por prerrogativa de função, consubstancia uma verdadeira prerrogativa. Sabemos que, no confronto entre a prerrogativa e o direito subjetivo comum, a norma veiculadora de prerrogativa prevalece. Prerrogativa, todos sabem, é mais do que direito, é superdireito, porque alcança uma série fechada de



AP 333 / PB

destinatários. Então, a regra do Tribunal do Júri prevalece, sim, para a generalidade das pessoas, porém, é afastada em se tratando dessas situações de foro especial por prerrogativa de função.

Então, resolvo a questão de ordem na mesma linha do Ministro Joaquim Barbosa, entendendo que não há absolutamente antinomia normativa, não há conflito no âmbito da Constituição nesse particular.

###



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AÇÃO PENAL 333-2**

PROCED.: PARAÍBA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REVISOR : MIN. EROS GRAU

AUTOR(A/S) (ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REU(Ê) (S): RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA

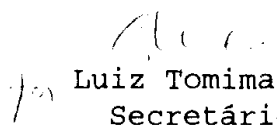
ADV. (A/S): JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

Decisão: Apreciando questão de ordem suscitada pelo Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), no sentido do prosseguimento da ação penal, no que foi acompanhado pelos Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Menezes Direito. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 05.11.2007.

Decisão: Após o voto do Relator, que resolvia a questão de ordem no sentido de que a competência do Tribunal do Júri cede diante da norma que fixa foro por prerrogativa de função, no que foi acompanhado pelos Senhores Ministros Eros Grau e Carlos Britto, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 07.11.2007.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


Luiz Tomimatsu
Secretário

05/12/2007

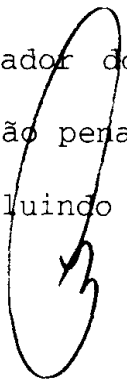
TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAV O T O V I S T A

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Antecipei o pedido de vista ante a circunstância de o objeto da preliminar suscitada pela defesa mostrar-se contrário, de início, ao caráter linear que o Supremo tem atribuído, no correr desses últimos anos, à prerrogativa de foro, inclusive considerados acórdãos que cheguei a confeccionar.

Em síntese, em 20 de setembro de 2007, a defesa veio a articular que, em se tratando de crime doloso contra a vida, deve-se distinguir a dualidade "processar e julgar". A competência do Supremo diria respeito à primeira fase, passando o Tribunal, assim, a atuar como órgão instrutor, como órgão sumariante.

Antes de adentrar a matéria, consigno esclarecimentos indispensáveis à revelação da verdade processual. Nem sempre este processo teve sequência regular. Nem sempre este processo esteve sob a jurisdição do Supremo. Os fatos que embasaram a denúncia aconteceram em 5 de novembro de 1993. A peça primeira da ação penal, subscrita pelo saudoso Subprocurador-Geral da República Dr. Paulo Sollberger, foi formalizada no Superior Tribunal de Justiça em 13 de dezembro de 1993. À época, o acusado era Governador do Estado da Paraíba. Vigia sistema a condicionar o curso da ação penal à licença da Assembléia Legislativa, que foi negada, concluindo o Superior



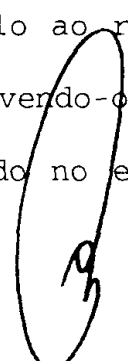
Tribunal de Justiça pelo sobrestamento do processo. Nas eleições de outubro de 1994, o acusado foi eleito Senador da República. Deu-se o deslocamento da competência para o Supremo em razão do disposto no artigo 102, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal. O Procurador-Geral da República ratificou a denúncia ofertada. O Senado Federal indeferiu o pedido de licença que se seguiu - Mensagem nº 342. Mediante acórdão publicado no Diário da Justiça de 30 de junho de 2000, o Tribunal decidiu pela permanência do processo na Secretaria. Com a superveniência da Emenda Constitucional nº 35, de 20 de dezembro de 2001, ficou afastado o óbice à seqüência do processo. Abriu-se vista para a defesa preliminar prevista no artigo 4º da Lei nº 8.038/1990 e no artigo 233 do Regimento Interno do Supremo, apresentada em 17 de abril de 2002. Em 29 de maio de 2002, o Procurador-Geral da República pediu o recebimento da peça acusatória, o recebimento da denúncia. O Tribunal deliberou positivamente em 4 de outubro de 2002. Foram ouvidas testemunhas por meio de carta de ordem.

Nas alegações finais, em agosto de 2007, o Ministério Público asseverou comprovados a materialidade, a autoria e o dolo próprio ao crime versado na denúncia. Em contraposição, veio à balha a tese da legítima defesa putativa, afirmando-se que o acusado teve a compreensão de que a vítima iria sacar uma arma. Buscou-se refutar a qualificadora relativa à surpresa e o reconhecimento da figura do homicídio privilegiado na forma tentada, ante a circunstância de o

crime ter sido praticado após injusta provocação da vítima. Ressaltou-se não habitarem o mesmo teto o homicídio privilegiado e a qualificadora, mencionando-se haver o acusado agido sob violenta emoção, devendo ser assentado que tudo ocorreu presente o valor moral envolvido. Pleiteou-se, mais, a aplicação da pena no mínimo legal, observando-se as atenuantes do artigo 65, incisos I e III, alíneas "b" e "d", do Código Penal - contar o acusado com mais de 70 anos na data da sentença e haver buscado mitigar as conseqüências do ato e reparar o dano bem como haver confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.

Eis quadro a revelar que a projeção do processo no tempo não resultou do emperramento da máquina judiciária. Decorreu não só das idas e vindas sob o ângulo da competência, como também de duas negativas de licença para dar-se o curso processual - inicialmente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba e, a seguir, do Senado da República.

Creio estar mais tranqüilo, agora, o relator - ministro Joaquim Barbosa - no que verifica a confirmação do que disse quando alertado sobre a prescrição - que não permaneceria com a vista do processo, sem liberá-lo para julgamento, por período superior àquele que Sua Excelência levou, e foi muito curto, para estudá-lo, confeccionando relatório e voto, e remetê-lo ao revisor. Recebi o processo em 12 de novembro de 2007, devolvendo-o em 30 seguinte. Nesse interregno, honrei compromisso assumido no exterior



e na condição de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. É mesmo difícil servir a dois senhores a um só tempo.

De qualquer forma, a prescrição sofre repercussões notando-se os fenômenos da suspensão e da interrupção, não se mostrando excepcional no que atende ao predicado segurança jurídica, muito embora em prejuízo da almejada justiça. É a opção político-legislativa, é a ordem jurídica no que visada a paz social. É o preço que se paga por viver em um Estado de Direito.

A dualidade proposta pela defesa, submetendo a órgãos diversos atos a serem praticados nesta ação e passando o Supremo a atuar como órgão processante do Tribunal do Júri, fazendo as vezes do Presidente deste último, considerado o sumário, conflita, a mais não poder, com o texto constitucional. De início, assentada a competência do Supremo, conforme dispõe o inciso I do artigo 102 da Carta, incumbe-lhe não só processar como também julgar a ação penal. A norma é abrangente e, apesar de a interpretação ser sempre um ato de vontade, descabe partir para enfoque diametralmente oposto ao que previsto, distinguindo-se onde o texto não distingue. De duas, uma: ou bem a prerrogativa de foro mitiga na inteireza maior a garantia geral do inciso XXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal - a revelar a instituição do Júri com a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida -, ou não o faz e, então, ante a natureza do crime - doloso contra a vida -, embora na forma tentada, cabe ao Tribunal do Júri o processamento e o julgamento da ação,

atuando na fase primeira, tendo como limite a sentença de pronúncia, o Presidente respectivo. Mostra-se adequada a observação do princípio do terceiro excluído - princípio estabelecido há 2500 anos por Aristóteles. Entre as possibilidades contraditórias - processamento e julgamento pelo Tribunal do Júri e processamento e julgamento pelo Supremo -, não se pode chegar a uma terceira solução, processamento por este último e julgamento pelo primeiro.

Digo, então, que o caso não sugere sequer a revisão da jurisprudência do Tribunal, sedimentada em reiterados pronunciamentos. E aqui considero o que decidido pelo Plenário no *Habeas Corpus* nº 69.325-3/GO, nos idos de 1992. Designado redator do acórdão, assim sintetizei a óptica prevalecente:

[...] A competência do Tribunal do Júri não é absoluta. Afasta-a a própria Constituição Federal, no que prevê, em face da dignidade de certos cargos e da relevância destes para o Estado, a competência de tribunais - artigos 29, inciso VIII; 96, inciso III; 108, inciso I, alínea "a"; 105, inciso I, alínea "a", e 102, inciso I, alíneas "b" e "c".

Na oportunidade, também ficou consignado que a conexão e a continência - artigos 76 e 77 do Código de Processo Penal - não consubstanciam formas de fixação da competência, mas de alteração, e nem sempre resultam na unidade de julgamentos - artigos 79, incisos I e II e § 1º e § 2º, e 80 do Código de Processo Penal.

Ante o envolvimento de có-réus em crime doloso contra a vida, havendo em relação a um deles a prerrogativa de foro tal como definida constitucionalmente, concluiu o Plenário que o fato

não seria suficiente a afastar, quanto ao acusado cidadão comum - sem qualificação a atrair a prerrogativa -, o disposto na alínea "d" do inciso XXXVIII do artigo 5º da Carta Federal, não se sobrepondo a norma de índole instrumental comum reveladora da continência, resultando a duplicidade de julgamento do próprio texto constitucional. Com isso simplesmente se disse que não existiria, presente a continência, a supremacia da norma instrumental considerada a de envergadura maior, a decorrente da Constituição Federal. Daí ter-se entendido que, envolvidos em crime doloso contra a vida conselheiro de Tribunal de Contas de Município e cidadão comum, biparte-se a competência, processando e julgando o primeiro o Superior Tribunal de Justiça e o segundo, o Tribunal do Júri. Registrou-se o aparente conflito entre as regras versadas nos artigos 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", 105, inciso I, alínea "a", da Lei Básica Federal e 76, 77 e 78 do Código de Processo Penal. Fez-se ver que a avocação do processo relativo ao có-réu despojado da prerrogativa de foro, elidindo o crivo do juiz natural que lhe é assegurado, implica constrangimento ilegal, corrigível na via do *habeas corpus*. A doutrina há de vir novamente a prevalecer, sopesando-se os valores em jogo.

Por qual motivo digo que a espécie não é de molde a refletir-se sobre o que até aqui assentado? A resposta é única. A competência do Supremo, na espécie, pressupõe sempre e sempre, porquanto de natureza estrita, qualificação que a atraia. No caso,

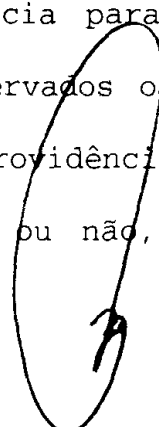
seria a de deputado federal. Mas, pouco importando o momento, mesmo porque o julgamento nem fora iniciado, o então deputado federal, em ato que não é passível de questionamento, surtindo efeitos por simples manifestação de vontade, conforme pacífico, quer na vida nacional, quer, de forma específica, na doutrina e na jurisprudência, veio a renunciar.

Processo é processo pelo conteúdo próprio, não cabendo, também, à margem do Direito posto, por isto ou por aquilo, fixar critério estranho às balizas que o revelam orgânico e dinâmico. Ao Tribunal cumpre tão-somente, sob pena de transformar-se em órgão de exceção, constatar o fato, constatar que já não há ação penal dirigida contra detentor de mandato eletivo, dirigida contra deputado, mas contra cidadão comum. Do mesmo modo que o término do mandato e a ausência de reeleição implicam o afastamento da prerrogativa de foro, voltada não à proteção do cidadão, mas do mandato, do cargo ocupado, e disso ninguém duvida, tem-se a extinção ante a renúncia. Raciocínio idêntico, mostrando que a definição no caso é de mão dupla, dá-se quando há ação em curso em certo patamar do Judiciário e vem o cidadão, por vontade própria e dos eleitores, a ser eleito deputado federal. O processo, aproveitados os atos até então praticados, passa a estar alcançado pela competência do Supremo, não cabendo falar, presente certa paixão, em busca, com a candidatura, de blindagem, em busca de foro por prerrogativa de função ou cargo, mesmo porque prevalece o exercício de um direito

inerente à cidadania - o de ser candidato -, tudo ocorrendo segundo a ordem natural das coisas, segundo a ordem jurídico-constitucional.

Dirão, então, que o acusado objetivou, com a renúncia, afastar a competência do Supremo. Em primeiro lugar, no campo da presunção, vinga a acolhida do que normalmente acontece e não do extravagante. Em segundo lugar, a atuação do Supremo pressuporia o restabelecimento da condição de deputado federal e isso não é possível, considerado possível vício no ato de vontade formalizado, consideradas as balizas, o objeto, até mesmo, do processo penal. É indubitado que não se constitui em berço de ação anulatória de renúncia a mandato.

Há mais. Muito embora seja comum procurar-se a atuação do Supremo, admitamos que o fim visado tenha sido diametralmente oposto - o julgamento pelo Tribunal do Júri e, por conseqüência, retardar o julgamento. Está-se diante de processo-crime e neste surge não só a necessária defesa técnica como também a autodefesa. Por isso, rejeito a preliminar evocada em 20 de setembro de 2007, quando o acusado detinha a condição de deputado federal, e, ante a perda da qualificação, declino da competência para o Tribunal do Júri da Capital do Estado da Paraíba, preservados os atos até aqui praticados, devendo o órgão adotar as providências que entenda cabíveis, inclusive no campo da sujeição, ou não, do acusado ao veredicto dos jurados.



05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

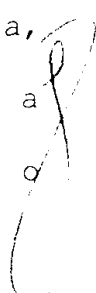
AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBACONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Senhora Presidente, noto que o eminente Ministro Marco Aurélio mesclou as duas preliminares. Estávamos a julgar a primeira preliminar concernente à questão da competência. Sua Excelência adiantou o seu voto e examinou também a outra preliminar que foi suscitada na primeira assentada do dia 5, relativa à renúncia.

Com relação a essa outra preliminar, tenho alguns esclarecimentos a prestar, sobretudo por acreditar que alguns Ministros não estavam presentes naquela sessão.

Na sessão de 5 de novembro deste ano, expus as razões que me levaram ao convencimento de que esta Corte permanece competente e deve julgar o acusado, muito embora este tenha renunciado ao mandato de deputado federal. Face ao tempo transcorrido, passo a arrolar, em breves linhas, os fundamentos daquela minha tomada de posição e da minha convicção.

Em 17 de abril de 2002, como bem esclarecido pelo Ministro Marco Aurélio, ao apresentar a sua resposta escrita, momento processual em que poderia, se quisesse, suscitar a incompetência do Supremo Tribunal Federal para julgá-lo, o



AP 333 / PB

acusado não o fez. Ao contrário, pediu expressamente que a Corte recebesse a denúncia contra ele formulada. Aproveitou o ensejo para vangloriar-se do fato de ter sido ele o autor de projeto de emenda constitucional tendente a abolir a necessidade de licença da casa parlamentar como condição para se dar início a processo criminal contra parlamentares. E concluiu a sua peça de defesa nos seguintes termos:

"Fiel aos princípios que sustentou, o indiciado se submete ao julgamento sereno do Supremo Tribunal Federal, a quem reitera o pedido de receber a denúncia de fls. para que ele, indiciado, regularmente processado, possa se defender e, afinal, ser absolvido da acusação feita."

A denúncia foi recebida, então, a pedido do próprio réu, naquele ano de 2002. A partir daí, o réu exerceu amplamente o seu direito de defesa, sendo que, dos quatro anos em que se desenvolveu a instrução do feito, três foram consumidos com a inquirição de testemunhas de defesa, sucedendo-se diligências infundáveis voltadas à localização dessas testemunhas. Durante esse período de quatro anos, o réu teve oportunidade de exercer o direito subjetivo de renúncia, mas nada manifestou a respeito.

Ao apresentar as alegações finais, o réu sustentou várias teses defensivas, bem como outras atinentes à fixação da pena. Mais uma vez nem uma única linha sequer foi dedicada ao questionamento da competência deste Tribunal ou ao desejo do réu

AP 333 / PB

de ser julgado pelo Tribunal do Júri. Pois bem. Encerrada a longa instrução criminal, e após o processo ter permanecido quase dois meses concluso ao Relator para a elaboração do voto, já estando a pauta de julgamento publicada, cinco dias antes da sessão de julgamento apresenta o réu o seu pedido de renúncia. É visível a manobra processual tendente a impedir o exercício da jurisdição por parte desta Corte.

É preciso ressaltar a ponderação feita pelos Ministros Cezar Peluso e Carlos Britto, na primeira assentada, no sentido de que se está diante de um caso expresso do direito positivo de abuso de direito sob a roupagem de um suposto direito subjetivo. Lembrou o Ministro Britto, na ocasião, que o art. 55, § 4º da Constituição Federal, apesar de não o fazer expressamente, regulou implicitamente o abuso de direito no âmbito do processo parlamentar ao dispor o seguinte:

"Art. 55. (...)

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º."

O exercício abusivo de direito pelo réu evidencia-se exatamente pelo fato de que decidiu exercer o direito de renúncia quando a sessão do julgamento já estava marcada. O ato de renúncia, que seria em tese legítimo se exteriorizado em

AP 333 / PB

momento processual anterior, foi exercido pelo réu com o manifesto intuito de inviabilizar a efetiva prestação jurisdicional por parte desta Corte. Com esse gesto, o réu consumou a manobra processual que já esboçara cinco anos antes quando, ao apresentar a resposta preliminar, alegou o seguinte:

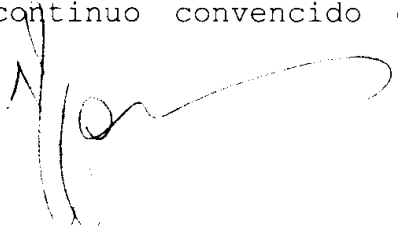
"Nestas circunstâncias e nesta oportunidade, poderia o indiciado, é claro, trazer ao debate do Supremo Tribunal Federal, seja a tese da prorrogação da competência (do STJ para julgar o caso, já que, ao tempo do fato era ele, indiciado, governador); seja a tese da prevalência da norma constitucional asseguradora do júri (sobre aquela outra, instituidora da prerrogativa do foro); seja, ainda, aquela advinda de anterior jurisprudência do STJ (segundo a qual a negativa de autorização para o processo, pela Assembléia Legislativa, importava no arquivamento definitivo do mesmo processo); seja, finalmente, a da não incidência imediata da E.C. 35/01 (aplicável, tão-só, a situações que se verificassem depois de sua promulgação)".

E concluiu o acusado:

"Não propõe o indiciado, nesta oportunidade, o debate de qualquer destas teses. Antes, pede ao Supremo Tribunal Federal que se digne receber, como oferecida, a denúncia formulada pelo Ministério Público Federal."

Creio, Senhora Presidente, não ser necessário dizer mais nada para mostrar a presença inequívoca do abuso.

Por essas razões, continuo convencido e voto pelo prosseguimento do julgamento.



Supremo Tribunal Federal

05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBARETIFICAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Senhora Presidente, eu gostaria de, se possível, consultar ligeiramente os autos.

No dia 5 de novembro, quando começamos a debater a matéria, cheguei a votar. Impressionou-me muito a referência a uma manobra processual. Posteriormente vieram fatos ao nosso conhecimento que, de certa forma, abalaram essa minha convicção. E por que abalaram? Vossa Excelência há de se lembrar que havia uma preocupação muito grande com o processamento do feito por causa da prescrição, segundo observara o Ministro Joaquim Barbosa.

Sendo eu o revisor, os autos vieram ao meu gabinete no dia 22 de outubro e, no dia 23 de outubro, parei tudo em meu gabinete, mandei os autos - ficaram lá 24 horas - com despacho de acordo com o relatório e pedi dia para julgamento. Nesse momento em que tomei conhecimento dos autos e preparei o meu voto de Revisor ainda não se encontrava nos autos a questão de ordem que foi apresentada em 20 de setembro. Eu não tinha conhecimento dela porque ela só veio aos autos posteriormente, em 26 de outubro. De modo que, por alguma razão, ela não estava nos autos, portanto, eu não tinha tomado conhecimento.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Deixe-me dar uma informação suplementar.

Na verdade, telefonei para Vossa Excelência no dia 21 de outubro e pedi preferência, porque eu pretendia julgar este caso rapidamente. Vossa Excelência atendeu e, para que pudesse dar tramitação rápida, dar o ok, solicitou que eu lhe transmitisse o teor do meu voto. Foi o que fiz. Eu passei o meu voto a Vossa Excelência porque, com isso, eu estava transmitindo a urgência que tinha do caso. Creio que o fato de eu ter passado o meu voto a Vossa Excelência deve ter influenciado enormemente no fato de Vossa Excelência apresentar os autos de volta, dar o ok para julgamento em menos de 24 horas.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Sem dúvida, isso foi fundamental. E, aliás, eu agradei a Vossa Excelência por ter me enviado o voto.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Pois bem. Vossa Excelência devolve os autos; eu, cômico da urgência que o caso requer, despachei nessa petição que não estava nos autos trazendo questão que, desde 2002, a defesa vinha anunciando que suscitaria. E eu disse no meu despacho - fato mais do que rotineiro nesta Corte:

"Trata-se de questão de ordem formulada pela defesa, no sentido da incompetência desta Corte para processar e julgar o feito, tendo em vista a competência constitucional do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes" - dolosos - "contra a vida.

*Conduzirei a arguição" - ou seja, a questão de ordem - "ao julgamento do plenário, previamente à análise do mérito do presente feito, como **questão preliminar.**"*


Em vez de decidir monocraticamente, fiz aquilo que todos aqueles que têm assento nesta Corte e entendem que a

colegialidade deve primar sobre a individualidade fazem: submeti ao Plenário como preliminar. E não vejo em que este ato por mim tomado altera a substância da manobra processual que acabo de relatar, que é visível.

Por essas razões - creio que deveria prestar esse esclarecimento -, mantenho o meu voto no sentido do prosseguimento do julgamento.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Posso prosseguir agora? Realmente essas observações não alteram o curso da minha exposição.

Existe uma petição protocolada no dia 20 de setembro de 2007, folhas 3.023, às 15 horas, que trata da questão de ordem. Quando tomei conhecimento dos autos, em 22 de outubro, essa petição não se encontrava nos autos. Eu não tinha conhecimento dela. Ela só veio aos autos posteriormente, em 26 de outubro. Não sei, deve ter havido alguma razão. Não estou questionando isso. Não é problema meu.

 **O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR)** - Ministro Eros Grau, é a pressa de julgar, a pressa em prestar a jurisdição. O respeito à vítima fez com que eu andasse às pressas com estes autos, pedisse a Vossa Excelência para dar preferência, pedisse a Vossa Excelência para liberar o processo ao julgamento imediatamente. Mas, em vez de juntar aos autos, as petições nesta Casa sobem aos gabinetes muitas vezes sem os autos. Todos nós sabemos disso. Eu despachei imediatamente após. Não há qualquer irregularidade nisso. Essa é a praxe aqui no Tribunal.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Não estou questionando isso, eu conheço a praxe tanto quanto Vossa Excelência.

Agora, se Vossa Excelência permitir que eu termine o meu raciocínio, ou se tiver algum esclarecimento a dar, por favor, dê agora, para que depois eu possa completar.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Eu acabo de dar todos os esclarecimentos, Ministro Eros Grau. É que Vossa Excelência está se valendo de um suposto deslize administrativo para justificar uma mudança de voto.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Eu não preciso justificar mudança de voto imputando a Vossa Excelência deslize. Não estou imputando nada. Vossa Excelência é que está muito preocupado com isso.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Mesmo porque não há deslize algum. Eu deixei de decidir monocraticamente e trouxe a julgamento do Plenário. Aliás, nós estamos julgando essa preliminar.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Senhora Presidente, eu posso terminar?

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - Vamos ouvir o Ministro Eros Grau agora.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - O que ocorre é isso. Essa petição era anterior, de setembro. Não foi juntada aos autos por alguma razão. Não estou questionando essa ou aquela providência; não me cabe censurar nenhum Ministro do Supremo; isso não diz respeito à minha função ou ao meu ofício aqui. Ocorre que eu estava mal informado.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Vossa Excelência está insinuando.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - Eu não estou insinuando nada, estou dizendo que há nos autos uma petição do dia 20 de setembro que só veio aos autos em 26 de outubro. Isso é verdadeiro.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - Ministro Eros Grau, o voto de Vossa Excelência.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Eu estou dizendo que é verdadeiro, mas estou dizendo que isso foi corrigido com o meu despacho no qual eu disse que traria o caso a julgamento, em preliminar, ao Plenário. E foi o que eu fiz.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - Ministro Joaquim Barbosa, creio que o Tribunal já está suficientemente esclarecido. Ouvimos, agora, o Ministro Eros Grau.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (REVISOR): - De qualquer modo, eu não tinha conhecimento desse fato, que só veio aos autos posteriormente e, no meu modo de ver, altera inteiramente o juízo, a idéia de que teria havido uma manobra processual no caso. Não houve manobra processual. Hoje estou convencido disso, embora tivesse tido a impressão de que houvera, naquele primeiro momento.

De qualquer modo, essa manobra processual, no fundo, no fundo, não interferirá de modo determinante na decisão que deve ser tomada.

AP 333 / PB

Supremo Tribunal Federal

Em função dessas circunstâncias e do pleno conhecimento que tenho agora dos fatos, acompanho a divergência, que suponho tenha sido instalada pelo Ministro Marco Aurélio, no sentido de atribuir a competência ao Tribunal do Júri e não ao Supremo Tribunal Federal.



05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

ACÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente, antes que Vossa Excelência tome os votos dos Ministros que, por não terem estado presentes à primeira assentada, ainda devam votar, e pela circunstância de que Suas Excelências podem não ter tomado conhecimento do teor estrito dos debates e das razões expostas pelos Ministros então presentes, eu gostaria, com a permissão de Vossa Excelência e dos Senhores Ministros que devam anteceder-me, de retomar a palavra, porque o eminente Ministro Marco Aurélio, rejeitando a primeira questão de ordem - a primeira do ponto de vista cronológico -, adentrou desde logo a questão que então fora suscitada na primeira assentada de julgamento.

E não vou fazê-lo para insistir em meu ponto de vista inicial, que confirmo integralmente, a respeito da configuração do abuso de direito, revigorada pelos fatos agora lembrados pelo eminente Ministro-Relator, como pelo eminente Ministro-Revisor, nenhum dos quais, diferentemente do que alguns periódicos sugeriram, falseou algo nestes autos. Não houve falseamento de coisa alguma nestes autos,



AP 333 / PB

nem tentativa de esconder fato aos demais Ministros, alguns dos quais nem estavam presentes.

O eminente Ministro-Relator não falseou, tampouco falseou o eminente Ministro-Revisor. Sua Excelência justificou agora que não tinha conhecimento da segunda questão de ordem, porque a respectiva petição não se encontrava nos autos. Mas - e não vou insistir nisto - a seqüência dos fatos, a partir de 2002, em que essa renúncia poderia ter sido formalizada, com aceitação expressa da competência da Corte, com suscitação de competência do Tribunal do Júri, com formulação de razões finais que não levantavam essa temática senão às portas do julgamento, reforça-me aquele entendimento de que se trata de ato que, do ponto de vista da repercussão na competência desta Corte, não é eficaz. Mas vou tratar disso um pouco adiante.

Senhora Presidente, parece-me que neste caso se deva ponderar ainda outra circunstância, para a qual nem sempre se dá particular atenção, tampouco nesta Corte, como, ademais, sucede com outros órgãos jurisdicionais, e que é o princípio da **perpetuatio iurisdictionis**.

O artigo 87 do Código de Processo Civil consagra princípio que podemos chamar de universal nos



AP 333 / PB


ordenamentos jurídicos da "continental law". Diz o artigo 87:

"Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário" - noutras palavras, aventando-se a hipótese de que o Supremo Tribunal Federal tivesse sido extinto - "ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia."

O caso, aqui, nem é de fato que alterou competência constitucional em razão da matéria ou da hierarquia.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - É competência funcional, Excelência!

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não sobreveio nenhum fato que alterasse a competência **ratione muneris**, Ministro. A exceção respeita a fatos posteriores: modificações do estado de fato ocorridas posteriormente, isto é, no curso do processo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência me permite? 


AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Pois não.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Na verdade - depois farei considerações mais largas sobre esse assunto -, o equívoco reside exatamente na revogação da Súmula 394, porque ela não permitia qualquer alternativa ao eventual denunciado. Como a revogação da Súmula 394 se deu sem aceitação, inclusive, da proposta de revisão formulada por Sepúlveda Pertence, deu ensejo exatamente a esse tipo de prática, e terá de dar ensejo, em algum momento, a uma rediscussão. Se houvesse a renúncia neste caso, vigente a Súmula 394, a competência hoje seria do STJ. Mas o dispositivo do artigo 87 está em contradição com o entendimento que presidiu a revisão da Súmula 394 naquele célebre inquérito Jabes Rabelo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - É o artigo 157 do Código de 30.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro, reproduz norma que vem do Direito Romano, em 330 depois de Cristo!



AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - É o que estou propondo ao Tribunal. Se Vossa Excelência me permitir, vou expor as minhas razões à consideração do Tribunal.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Vou retomar aqui o raciocínio, com o devido respeito de Vossa Excelência, para demonstrar que minha conclusão é diferente.

Relembrando o princípio consagrado, reporto-me ao Edito de Constantino, que já proibia qualquer alteração de competência depois da citação, por razões mais ou menos óbvias.

Mas quem tratou **ex professo** dessa matéria em vários trabalhos, um deles particularmente famoso, que se encontra publicado no seu *Saggi*, foi Chiovenda. É o artigo **Sulla Perpetuatio Iurisdictionis**, onde examina, desde o Direito Romano, todas as razões da impossibilidade de mutação da competência, as quais poderiam ser resumidas numa exemplificação muito simples: se toda alteração de fato ou de direito, sobrevinda no curso do processo, alterasse a competência, processo nenhum terminaria! Basta pensar-se, por exemplo, na competência territorial baseada no critério de domicílio do réu: se este muda o domicílio cinco ou seis



AP 333 / PB

vezes, doutro modo se tornaria impossível a conclusão do processo!

A **perpetuatio iurisdictionis**, no Direito Romano, estava ligada à citação, não ao momento da propositura da ação, nem ao tempo do fato que deu origem à ação. O caso era de fixar a competência do juízo perante o qual se deu a citação.

Entre outras coisas, anotava Chiovenda que o princípio não era aplicado apenas no caso de mudança de residência, mas também:

"in caso di cambiamento di stato; e non soltanto quando questo cambiamento assoggetterebbe ad un giudice che sia diverso dal primo solamente per ragione di territorio".

E, nesse passo, faz referência muito interessante, própria do Direito Romano, ao **miles** (o soldado) e aos clérigos (os sacerdotes). Todos, dizia Chiovenda,

"rimangono sottoposti al giudice della causa iniziata prima del cambiamento di stato,"




AP 333 / PB

Isto é, a mudança do estado ou da condição jurídica das partes não permitia, e não permite hoje, a meu juízo, mudança da competência firmada e perpetuada.

E, um pouco mais adiante, Chiovenda torna a insistir:

*"Ne derivava che la competenza, riconosciuta nel momento della costituzione del giudizio, rimaneva stabilita per tutto il processo, non solo nei casi in cui essa si fondava su fatti ormai avvenuti e quindi immutabili - e aí faz referência ao fórum contractus , fórum originis - ma anche quando era determinata da circostanze personali del convenuto mutabili durante la lite" - e esemplifica textualmente, **forum privilegiatum.**"*

Não farei mais citações de Chiovenda, por não ser necessário. Direi apenas que, embora, perante o direito positivo brasileiro, o princípio esteja, nova e textualmente, consagrado no artigo 87 do Código de Processo Civil, diz respeito à data em que, no caso, o processo teve início perante este Supremo Tribunal Federal, e não à data do fato sobre o qual versa a ação penal, 28 de agosto de 2002 - não me estou referindo sequer à citação posterior, mas à propositura da ação perante esta Corte, em 28 de agosto de 2002!



AP 333 / PB

Os autores não têm dúvida de que o princípio se aplica, por analogia, ao processo penal. Evoco aqui o juízo do grande José Frederico Marques: "O Código de Processo Penal não contém um preceito genérico, como o do artigo 151 do Código de Processo Civil de 39, porém, no artigo 81, traz uma regra que é corolário da **perpetuatio iurisdictionis**". E, mais adiante, Sua Excelência faz referência à perpetuação da jurisdição.

Autor mais recente, Eugenio Pacelli de Oliveira, afirma: "A **perpetuatio** atende aos interesses da reta aplicação da lei penal, impedindo o quanto possível as alterações de competência com o objetivo do máximo aproveitamento dos atos processuais praticados, em benefício de uma persecução penal mais ágil e livre de obstáculos protelatórios". Não está falando sobre este caso, está falando em tese!

Em imagem talvez ousada, diríamos que a **perpetuatio iurisdictionis** seria companheira inseparável do princípio da identidade física do juiz, uma vez que ambos se destinam a preservar o conhecimento da causa, já operado pelo juiz a quem foi distribuída, e que colheu a instrução probatória, coisa de grande repercussão neste caso e em outros submetidos já a esta Corte e nos que podem sê-lo



AP 333 / PB

futuramente. A mesma coisa diz Douglas Fischer. Enfim, Senhora Presidente, é o que dizem, em geral, todos os processualistas penais.

O que temos no caso? Temos que houve uma alteração - não seria estritamente de fato - de direito superveniente, relativa à condição ou *status* do réu. Essa alteração não influi, não pode influir na competência já perpetuada no momento da propositura da ação e, se quiserem, no momento da citação para a causa, porque o princípio não o permite.

Senhora Presidente, essa é a conclusão puramente jurídica. Com o devido respeito, é o que me parece. Se o cancelamento da **súmula 394** foi acertado ou desacertado, enfim, se a Corte vai tomar essa ou aquela decisão, não me pesa. O relevante para mim é que isso seja novamente objeto de consideração, não apenas pelas razões puramente de direito a que já me referi, mas pelas gravíssimas conseqüências de ordem prática, das quais quero sublinhar apenas duas, que me bastam, para concluir o raciocínio.


Em primeiro lugar: por que uma causa como esta, cuja instrução já está encerrada e já foi objeto de largo estudo do Relator, possivelmente também do eminente



AP 333 / PB

Revisor, deva sair das mãos dos seus juízes naturais para descer agora a outro juízo, o qual terá de refazer, não os atos já praticados, mas a leitura da causa, a percepção do alcance de todas as provas, etc.? Isso, que não é pouco, contraria todos os fundamentos do princípio da identidade do juiz, ou permanência subjetiva do juiz, e segundo o qual está mais bem aparelhado aquele que concluiu a instrução, ou que presidiu o processamento dessa instrução. E as razões são óbvias.

Em segundo lugar: a redução, e eu diria, não a mera redução, mas a degradação do Supremo Tribunal Federal à condição de corte preparatória de julgamentos de juízes singulares e de Tribunal do Júri. A mudança de qualquer situação jurídica ou de fato superveniente que pudesse influir na competência desta Corte teria por efeito prático, quando o processo já tivesse terminado - como este e como outros que estão em andamento e os que ainda virão -, significaria que o Supremo Tribunal Federal, desde 2002, esteve preparando uma causa para ser julgada por juiz de primeiro grau, ou pelo Tribunal do Júri!

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ou pelo Superior Tribunal de Justiça. 

AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Voltamos à figura, já extinta nos ordenamentos estaduais, dos juízes preparadores, que eram iniciantes de carreira e aos quais se atribuía competência de preparar o processo até o saneamento, para o juiz titular do órgão proceder à colheita dos atos mais importantes de instrução e julgamento da causa.

O que sucederá, além deste caso, se vingar a tese propugnada pela defesa na questão de ordem? Sucederá que vamos entregar a causa já preparada para julgamento do Tribunal do Júri. Isso levará a quê? À fixação do princípio segundo o qual um processo, em que haja, por exemplo, quarenta réus e seja da competência atual desta Corte, porque alguns dos litisconsortes passivos tenham condição funcional que justifique a competência **ratione muneris**, depois de um trabalho penoso da Corte - porque um processo de quarenta réus é, por definição, extremamente penoso para qualquer juízo, muito mais para esta Corte, que alguns dizem não estar preparada, embora a meu ver esteja, para julgar processos tão complexos - e depois de exauridas suas forças na instrução, que pode durar dois, três ou quatro anos, em dano de outras causas, deve ser remetido para um juiz de



AP 333 / PB

primeiro grau, que, além de tudo, terá de rever os autos. Imaginem Vossas Excelências! Ministro Joaquim Barbosa, quantos volumes têm, hoje, o processo do qual Vossa Excelência é Relator?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) -

Este?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não, o

outro.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) -

Cento e vinte, cento e poucos volumes.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Tenho em

mãos um processo simples que, com não mais que nove réus, já está em setenta volumes. E setenta volumes que tenho acompanhado pensativamente, dentro do possível, **pari passu**.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) -

Apenas um deles; são quatro.

AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Serei otimista para imaginar que este processo só dobre de volumes, chegue a duzentos. Terminado daqui a não sei quantos anos - cinco, seis, sete, oito, dez anos -, vamos remeter a algum juiz de primeiro grau duzentos volumes. Só no ler esses duzentos volumes sobrevirá prescrição, quando menos por cansaço, porque será juiz que não acompanhou nenhum ato, que não teve acesso original a nada. Embora os atos sejam aproveitáveis do ponto de vista jurídico-processual, do ponto de vista prático é uma enormidade! Submeter um juiz, já sobrecarregado pelo trabalho próprio, à leitura de duzentos volumes de uma ação penal que se processou durante dez anos no Supremo, para julgá-la, é exigência muito grande. E, não apenas exigência muito grande, mas também contraria a todos os reclamos de justiça, porque vai retirar do réu a possibilidade de ser julgado pelo juiz ou juízes que estavam mais bem aparelhados para decidir a causa.

Senhora Presidente, são essas, com o devido respeito, não apenas aos eminentes Ministros, mas à jurisprudência adotada por esta Corte em algum momento, as razões que não me permitem, a despeito do brilhantismo dos votos do eminente Ministro Marco Aurélio e do não menos



AP 333 / PB

eminente Ministro-Revisor, acolher esta questão de ordem. Rejeito, mais uma vez, a preliminar, reconhecendo a competência da Corte para o caso.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - E afastando, portanto, eventual competência do Tribunal do Júri?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente, gostaria apenas de esclarecer algo a que me referi no início do voto. Não é que eu esteja considerando inválida a renúncia. Isso seria sofisma grosseiro. O que sustento é que, como ato jurídico unilateral, a renúncia é válida. No plano da validade, não vejo defeito nenhum. Estou em degrau acima, estou no plano da eficácia. E, no plano da eficácia, ela é relativamente ineficaz. Relativamente a quê? À competência desta Corte. Ela produzirá todos os efeitos típicos na área parlamentar e no *status* do réu, não, porém, em relação à competência desta Corte. Esta é a razão por que, técnica e corretamente, devo dizer que a renúncia é relativamente ineficaz perante a competência desta Corte.



05/12/2007**TRIBUNAL PLENO****AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA****VOTO****O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Senhora Presidente, Senhores Ministros, como pudemos observar, desde o primeiro julgamento, completando-se agora nos votos proferidos, a questão é riquíssima e certamente comporta inúmeras controvérsias. Lamentavelmente, nós, na Suprema Corte do País, vivemos assolados por tantos processos que, muitas vezes, somos obrigados, até por necessidade de acelerar a prestação jurisdicional, a nos determos tempo menor do que o necessário para efetivar as nossas reflexões.

De todos os modos, eminente Presidente, Senhores Ministros, eu gostaria de assinalar a grandeza desta Suprema Corte, que teve a cautela, na primeira sessão, diante da ausência por compromissos inadiáveis de alguns Colegas, de adiar até que esta Corte estivesse completa para proferir um julgamento desta relevância. Isso vem a propósito até de uma velha lição tomista de que se se pode interpretar para o bem, por que interpretar para o mal? Esta Suprema Corte, portanto, tem dado, e continuamente dá, exemplo de grandeza no curso dos julgamentos que profere.

Verifico, Senhora Presidente, que são duas as questões postas: a primeira diz com aquela arguição preliminar no que concerne a separar a competência do Supremo da competência do Tribunal do Júri. A meu sentir, embora bem lançada a fundamentação com a qual foi apresentada a matéria a esta Corte, não procede. E não procede na esteira dos diversos votos que me antecederam, particularmente aquele que mais se deteve, o do eminente Ministro **Marco Aurélio**, no sentido de que essa bifurcação tornaria ineficaz o comando constitucional que unifica o processo e o julgamento, no Supremo Tribunal Federal, daquelas pessoas revestidas do privilégio de função.

Quanto à segunda preliminar, enxergamos aqui um enorme debate, não somente a partir do voto inaugural do eminente Ministro **Joaquim Barbosa**, que,



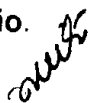
AP 333 / PB

como de hábito, nos brindou com sua lucidez, abrindo uma vereda nova para a interpretação do ato de renúncia de um parlamentar no que se refere a sua eficácia no plano da competência do Supremo Tribunal Federal, perpassando o voto do eminente Ministro **Marco Aurélio** e, agora, no erudito voto do eminente Ministro **Cezar Peluso**, no que concerne à lição histórica sobre a **perpetuatio jurisdictionis** a partir dos antigos clássicos romanos que, afinal, vieram incorporados nos nossos diversos códigos de processo civil.

Todavia, vou pedir vênias aos eminentes Ministros Relator e **Cezar Peluso** para acompanhar a divergência inaugurada pelo eminente Ministro **Marco Aurélio**. E vou fazê-lo, pelo menos na minha avaliação, no meu convencimento e na minha perspectiva, de forma extremamente simples. Entendo que essa orientação, se adotada neste momento, significaria o restabelecimento da própria Súmula nº 394, na medida em que essa Súmula, afastada em setembro e agosto de 1999, no Inquérito nº 687, previa exatamente a **perpetuatio jurisdictionis**, e o Supremo Tribunal Federal entendeu, considerando as circunstâncias de cada caso, que ela deveria ser revogada. É certo que o argumento trazido pelo eminente Ministro **Cezar Peluso**, já invocando a velha doutrina kelseniana na separação dos diversos planos de validade e de eficácia para dar eficácia restrita ao ato de renúncia e, portanto, não afastando competência do Supremo Tribunal Federal, tem enorme grandeza, tal-qualmente têm grandeza as ponderações que Sua Excelência faz quanto às repercussões que podem advir da manutenção dessa orientação.

Todavia, com o maior respeito à posição adotada por Sua Excelência, e àquela do eminente Ministro **Joaquim Barbosa**, estou absolutamente convencido de que devemos manter a orientação adotada pela Suprema Corte desde que foi revogada a Súmula nº 394, sem prejuízo de, futuramente, podermos reexaminar até mesmo o restabelecimento da Súmula, se assim esta Suprema Corte entender.

São essas as razões, louvando os votos proferidos, que me levam a acompanhar, às completas, a divergência inaugurada com o voto do Ministro **Marco Aurélio**.



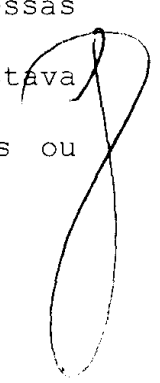
05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Senhora Presidente, acompanho na sua essência o voto do Ministro Cezar Peluso, mas eu gostaria de trazer uma pequena precisão: não acompanho Sua Excelência na extensão em que ele dá à questão. Eu não chegaria ao ponto de ressuscitar a Súmula 394. Limitar-me-ia às circunstâncias do caso. A **Perpetuatio jurisdictionis** que eu proporia, neste caso, estaria vinculada às circunstâncias do caso, ou seja, estamos tratando de um processo que estava pautado para julgamento. O marco, para mim, seria este: o fato de o processo estar pautado para julgamento. A renúncia se deu quando o processo estava em vias de ser chamado a julgamento. Limitar-me-ia a esse marco temporal, não voltaria à abrangência permitida pela Súmula 394.

Portanto, o que proponho se limita a essas circunstâncias precisas do caso. O fato de que o Tribunal estava para julgar o caso e a renúncia se deu poucos dias, dois ou três.



05/12/2007**TRIBUNAL PLENO****AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA**

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333

EXPLICAÇÃO

A SRA. MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhora Presidente, na sessão de 05 de novembro, exatamente no dia em que se completavam doze anos do fato denunciado, pedi vista destes autos após os votos dos Ministros Relator, Cezar Peluso, Eros Grau e Carlos Britto.

Discutia-se naquela ocasião basicamente a segunda questão de ordem, que acabou sendo trazida por mim, mas com relevo dado à primeira das questões de ordem hoje posta e que se resolve a partir do voto-vista do eminente Ministro Marco Aurélio.

Naquela sessão, eu trouxe exatamente a primeira parte a se resolver na sessão de hoje, sobre a qual devo também votar, que é a referente à manutenção, ou não, da competência deste Supremo Tribunal Federal para o julgamento de crimes dolosos contra a vida.

Sobre isso acompanho, acho que até aqui há unanimidade. Apenas quero fazer referências breves, não vou ler o voto que tenho por escrito no sentido de que:

"A norma insculpida no art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição poderia parecer conflitar com a norma do art. 102, ... (lê fls. 03 a 16 do voto escrito)"

* * * * *

Obs.: Texto sem revisão (§ 4º do artigo 96 do RISTF)

07/11/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAVOTO VISTA**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA:**

1. Pautada para julgamento na sessão deste Plenário no dia 5.11.7, exatamente no dia em que se completavam 14 anos da prática denunciada, a presente ação penal tem como objeto denúncia formulada pelo Ministério Público contra Ronaldo Cunha Lima por conduta que foi caracterizada como subsumida ao tipo do art. 121, § 2º, inc. IV, c/c o art. 14, inc. II, do Código Penal.

A prática, datada de 5.11.1993, foi objeto de denúncia pelo Ministério Público Federal perante o Superior Tribunal de Justiça em 13.12.1993: o denunciado exercia, então, o cargo de Governador do Estado da Paraíba (art. 105, inc. I, al. a, da Constituição brasileira).

2. Prevalecia, então, norma constitucional segundo a qual titulares de mandatos eletivos (parlamentares ou mandatários integrantes dos cargos do Poder Executivo) desde a expedição do diploma, não poderiam ser presos nem processados criminalmente, sem prévia licença do órgão legislativo correspondente (art. 53, § 1º, da Constituição brasileira).

Governador de Estado, como era, então, o Réu, não poderia ser processado criminalmente sem prévia licença da Assembléia Legislativa paraibana (art. 54, inc. I, da Constituição da Paraíba). Aquele órgão legislativo decidiu, então, "inadmitir a denúncia" *de*

razão pela qual decidiu o Egrégio Superior Tribunal que o processo ficaria sobrestado.

Em outubro de 1994, eleito o indiciado para o cargo de Senador da República, foram os autos remetidos, então, a este Supremo Tribunal Federal (art. 102, inc. I, al. b, da Constituição), que pediu autorização ao Senado Federal para processar o indiciado, o que também foi negado. Decidiu, então, este Supremo Tribunal que o processo permaneceria sobrestado "enquanto perdurasse a situação prevista no § 2º do art. 53 da Constituição na redação...vigente" (fl. 115).

Com o advento da Emenda Constitucional n. 35, de 21.12.2001, a norma constitucional do art. 55, § 1º, foi alterada, dela não mais constando a exigência de prévia licença para o processamento de qualquer dos membros das Casas Congressuais, os quais se submetem, quando for o caso, a este Supremo Tribunal Federal, exercendo este órgão judicial o seu dever sem qualquer dependência externa prévia.

Estendeu-se, com a norma introduzida no sistema constitucional, pela Emenda Constitucional n. 35/2001, o dever inescusável de julgar deste Supremo Tribunal, o dever indeclinável de submeterem-se aos julgamentos os mandatários independente do seu querer ou da vontade do órgão por eles integrados e o direito da sociedade de ver julgados os seus agentes públicos.

Assim, a partir de 21.12.2001, e somente a partir de então, pôde o Supremo Tribunal Federal retomar o julgamento da presente ação, pelo que, em 28 de agosto de 2002, o Plenário, por unanimidade, recebeu a denúncia, tendo, a partir de então, regular seguimento o processo nos termos da legislação *td*

AP 333 / PB

2. Instruído o processo, foi ele pautado, em 24.10.2007, para ser apreciado na sessão Plenária deste Tribunal de 5.11.2007.

3. Em 1º.11.2007, o Réu apresentou ato de renúncia à Presidência da Câmara dos Deputados, o qual, lido naquele mesmo dia, foi tido como ato perfeito. Comunicado este Supremo Tribunal da prática, propõe o eminente Ministro Joaquim Barbosa, digno Relator, em questão de ordem, a continuidade do julgamento, tendo em vista o motivo, os fins do ato praticado e a restrição dos seus efeitos que não se compadecem com o dever do Poder Judiciário de fazer valer a sua competência e não deixar frustrar a sua obrigação constitucional pela conduta do próprio acusado. Encaminha o nobre Relator a questão de ordem no sentido do prosseguimento do julgamento.

4. Pedi, então, vista dos autos, na sessão de anteontem, exatamente para afirmar os fundamentos que me conduzem a acompanhar o nobre Relator, fazendo-o nos estritos e incontornáveis limites das normas constitucionais vigentes, como passo a expor.

5. Na sessão de 7.11.2007, tendo sido retomado o julgamento por este Plenário, trouxe à baila preliminar que tinha sido argüida pelo Réu, no sentido de que fossem os autos devolvidos ao Tribunal de Júri, pois, segundo alegam os seus defensores, pela regra constitucional (art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição).

A decisão sobre este tópico era prejudicial do prosseguimento do julgamento, pois a competência esvaziaria a atuação deste Supremo Tribunal, se fosse acolhida a tese da defesa.

AP 333 / PB

6. Posta esta como questão de ordem, o digno Relator resolveu-a no sentido de que a competência do Tribunal do Júri cede diante da norma que fixa foro por prerrogativa de função, no que foi acompanhado pelos Ministros Eros Grau e Carlos Britto.

Agora, o eminente Ministro Marco Aurélio, que tinha pedido vista dos autos, conclui no sentido de se opor ao entendimento afirmado pelo digno Relator.

Peço vênica ao eminente Ministro Marco Aurélio para acompanhar o entendimento do nobre Ministro Relator.

7. A norma insculpida no art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição poderia parecer conflitar com a norma do art. 102, inc. I, al. b, daquela Lei Fundamental).

Não é o que se dá.

8. A interpretação sistêmica da Constituição conduz, como me parece, ao acolhimento da conclusão de que uma é norma que fixa a competência genericamente - valendo para todos os casos nos quais haja o homicídio como crime a ser julgado - enquanto a outra especializa a competência para os crimes (todos, incluídos os de homicídio) quando o réu for alguém que se subtraia da competência genericamente fixada e submeta-se a juízo especializado.

O afastamento da norma que fixa a competência genérica para os casos em que o acusado é pessoa que tem foro específico para o julgamento por crimes comuns foi admitida reiteradas vezes por este Supremo Tribunal. Assim, por exemplo, *de*

"EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL MILITAR. PROCESSUAL PENAL MILITAR. CRIME DOLOSO PRATICADO POR CIVIL CONTRA A VIDA DE MILITAR DA AERONÁUTICA EM SERVIÇO: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL: ART. 9º, INC. III, ALÍNEA D, DO CÓDIGO PENAL MILITAR: CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de ser constitucional o julgamento dos crimes dolosos contra a vida de militar em serviço pela justiça castrense, sem a submissão destes crimes ao Tribunal do Júri, nos termos do o art. 9º, inc. III, "d", do Código Penal Militar.

2. Habeas corpus denegado."

De resto, a competência do Tribunal do Júri não é plena, tanto que, por exemplo, para os crimes militares, mesmo que dolosos contra a vida, o Supremo Tribunal tem numerosos julgados no sentido de não prevalecer a regra do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição, mas a do art. 124, desta Lei Fundamental.

Neste sentido: HC 83.625, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 30.4.2004; HC 78.320, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ 28.5.1999; RE 122.706, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Rel. para o acórdão o Min. Carlos Velloso, DJ 3.4.1992.

Realcei, no voto que proferi e que foi vencedor no habeas corpus n. 91.003, na 1ª Turma, vencido, então, o eminente Ministro Marco Aurélio, o voto proferido pelo Ministro Paulo Brossard, no Recurso Extraordinário n. 122.706, no qual se tem muito bem traduzido o entendimento deste Supremo Tribunal sobre a matéria posta em exame:

"O argumento de que, pela Constituição, os crimes dolosos contra a vida são de competência do júri, impressiona, mas não convence. (...) É claro que a norma constitucional, que assegura como garantia individual o julgamento pelo júri dos crimes dolosos contra a vida, tem a maior amplitude; no

entanto, segundo o entendimento da Corte, 'mesmo em casos de crimes dolosos contra a vida, a competência do foro por prerrogativa de função ou das justiças especializadas prevalece sobre o júri'; conforme a lição de JOSÉ FREDERICO MARQUES, o júri é órgão da Justiça Comum e as atribuições da Justiça Comum não vão até onde começa a jurisdição das Justiças Especiais."

Saliento, ainda, que a se concluir ser o Tribunal de Júri competente para julgar todos os crimes dolosos contra a vida, incluídos aqueles praticados pelos que detêm a denominada prerrogativa de foro, todos os processos que tenham terminado ou estejam em fase de conclusão pelos tribunais tidos até aqui como competentes, tais como Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça, estão invalidados, pois a violação de regra de competência produz nulidade absoluta e, portanto, pode ser argüida em qualquer tempo.

Daí porque todos os que tiverem sido julgados por crimes dolosos contra a vida por outro órgão que não o Tribunal de Júri terão o direito de questionar os julgamentos. É preciso que a tanto se atente a fim de que não se estabeleça uma interpretação que conduza à negativa do dever estatal de perseguir e punir nos casos e segundo as condições legalmente estabelecidas.

Voto, pois, no sentido da manutenção da interpretação até aqui prevalecente neste Supremo Tribunal, no sentido de que a regra de competência especializada sobrepõe-se àquela genérica do art. 5º, inc. XXXVIII, al. d, da Constituição, havendo, então, de prevalecer, na espécie em pauta, a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento da presente ação.

Competência do Supremo Tribunal Federal e prerrogativa de foro

8. Quanto à competência do Supremo Tribunal Federal firma-se, constitucionalmente, com a característica própria deste elemento jurídico, a saber, como a medida de capacidade de agir segundo o direito para desempenhar a função que lhe é constitucionalmente atribuída. De se afirmar, de pronto, que competência não é faculdade, é dever. Portanto, nem o próprio agente, órgão ou poder a quem a Constituição confere competência pode dela declinar ou dispor, nem fator externo pode retirar, alterar ou frustrar o exercício desta obrigação constitucional, senão o constituinte derivado.

Na lição de Renato Alessi, "*è definita la competenza ... come la misura della potestà di azione che spetta ad um singolo organo...*" (Principi di diritto amministrativo. Milano: A. Giuffrè Editore, 1978, v. I, p. 343).

E, na esteira daquele entendimento, escolia Celso Antônio Bandeira de Mello que "visto que o 'poder' expressado nas competências não é senão a face reversa do dever de bem satisfazer interesses públicos, a competência pode ser conceituada como o círculo compreensivo de um plexo de deveres públicos a serem satisfeitos mediante o exercício de correlatos e demarcados poderes instrumentais, legalmente conferidos para a satisfação de interesses públicos. Consequência disto é que as competências... outorgam, 'in concreto', única e exclusivamente o quantum de poder indisponível para curar o interesse em vista do qual foram atribuídas a alguém".

AP 333 / PB

... As competências são: a) de exercício obrigatório para os órgãos e agentes públicos. Vale dizer: exercitá-las não é questão entregue à livre decisão de quem as titularize. Não está em pauta um problema pessoal do sujeito, ao qual ele possa dar a solução que mais lhe apraz. Está sotoposto ao dever jurídico de atender à finalidade legal e, pois, de deflagrar os poderes requeridos para tanto sempre que presentes os pressupostos de seu desencadeamento; b) irrenunciáveis...c) intransferíveis... d) imodificáveis pela vontade do próprio titular..." (Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007, ps. 141/2).

9. Tem-se, assim, na sequência da inteligência pacificamente afirmada na doutrina sobre o tema, que competência não se exerce porque, como ou quando deseja o seu titular, mas sempre que compareçam as situações em que deva ela ser desempenhada.

10. No art. 102, inc. I, al. b, da Constituição brasileira, estampa-se a competência deste Supremo Tribunal para processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns (caso dos autos), dentre outros, os membros do Congresso Nacional (situação ostentada pelo Réu durante todo o processo e até a véspera da sessão final de julgamento desta ação).

O processamento e julgamento do Réu - que de 1993, data da prática do ato denunciado como penalmente imputável, até o último dia 1º, titularizava status, primeiro de Governador do Estado, subtraído, por isso, ao processamento garantido, incondicionado e necessário, e, na sequência, de membro do Congresso Nacional, sujeito a este Supremo Tribunal Federal -, deu-se como dever indeclinável, indisponível e incontornável deste órgão judicante.

Por isso, nem poderia o Supremo Tribunal deixar de honrar a sua obrigação constitucional de dar cobro ao que lhe é fixado como

competência originária, nem poderia dela ser afastada pelo ato de quem quer que fosse, menos ainda por voluntarismo de quem pretenda se excluir da jurisdição segundo o seu querer.

Recordo aqui a palavra de Ruy Barbosa, ao acentuar que "se no próprio Supremo Tribunal não estivesse, destarte, a barreira insuperável a essa atrevidíssima veleidade, no próprio Supremo Tribunal Federal, insisto, no seu direito inabalável, inalienável, inamissível, no seu direito, que ninguém lhe pode arrebatá-lo, e de que ele em caso nenhum poderia decair, nesse direito revestido e abroquelado pelo mais eminente dos seus deveres, o 'direito-dever' de guardar a Constituição contra os atos usurpatórios do Governo e do Congresso; se nesse próprio Tribunal, torno a dizer, não se achasse a muralha invencível a esse cometimento delirante, a Constituição brasileira, na sua essência, estaria toda ela tumultuada e revogada" (Escritos e discursos seletos. Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1997, p. 561).

Nem poderia o Supremo Tribunal se omitir do seu dever constitucional de processar e julgar - como está a fazer - aquele que foi denunciado pelo Ministério Público Federal por prática pretensamente criminosa e que figura entre os que estão sujeitos a sua competência, nem poderia quem quer que fosse, por qualquer manobra ou pretendida lacuna constitucional ou legal, frustrar - diria mesmo, fraudar - a competência constitucional deste Supremo Tribunal por cometimento unilateral e voluntarioso segundo a sua conveniência pessoal.

11. Convém, neste passo, dizer uma palavra, breve que seja, sobre a denominada *prerrogativa de foro por exercício de função*.

Afirme-se, de logo, que prerrogativa não é direito, é garantia-dever que se põe pela qualidade de uma função ou pela imperiosidade,

AP 333 / PB

de resguardo das condições de um cargo. Prerrogativa somente pode ser tida como válida quando o seu exercício mais propicia o atingimento da finalidade pública legítima buscada.

Prerrogativa não pode ser tida, menos ainda exercida como privilégio. Todo e qualquer privilégio não se compadece com a idéia de democracia, menos ainda com a de República. Daí porque não se há encarecer, permitir ou buscar a legitimação de qualquer privilégio. Não adentro, agora, a questão da denominada prerrogativa de foro jurisdicional, por não ser este o momento para se suscitar e decidir questão que parece grave em seu dimensionamento no sistema jurídico nacional.

Todavia, tida como prerrogativa a competência jurisdicional concentrada no sistema constitucional para o processamento e julgamento de crimes comuns imputados àqueles elencados no art. 102, inc. I, da Constituição, não pode ser afastada nem pela ação omissiva do Supremo Tribunal nem pela atuação de terceiro, menos ainda do interessado, indiciado ou réu, em processo a que seja submetido judicialmente.

12. Note-se: no sistema constitucional democrático não é o acusado quem escolhe o seu juiz. Preordena-se a competência exatamente para evitar escolhas *ad hoc* dos julgadores, a fim de que não se beneficiem nem se prejudiquem acusados, máxime os sujeitos aos processos penais.

Daí o princípio do juiz natural, que a prerrogativa jurisdicional pelo exercício de função talha, no sistema constitucional vigente, conferindo ao Supremo Tribunal Federal esta obrigação de processar e julgar os agentes arrolados na al. b do inc. I do art. 102 da Constituição. Do julgamento não há de escapar o juiz. Do juiz não há de escapar o acusado. Porque o processo penal *ch*

não é uma opção do denunciado, é um dever jurídico insuperável que se lhe advém de conduta sujeita ao crivo judicial levado a efeito pelo Estado. Não se aceita vingança da sociedade; nem a impunidade pelo Estado.

13. Desde o afastamento do Réu no presente processo do cargo de Deputado Federal, às vésperas da sessão de julgamento, vem se afirmando que teria ele optado pelo júri, como instituição perante a qual preferiria ser julgado ou que teria direito a este julgamento perante o Tribunal do Júri.

O acusado pretende ser-lhe possível promover alteração do estado de fato ou, pelo menos, do seu estado funcional, para impedir o exercício de uma competência jurisdicional constitucionalmente conferida ao Supremo Tribunal como se o desempenho desta Casa pudesse ficar a depender do exclusivo alvedrio do acusado, e não do Direito impessoalmente positivado. Note-se, ademais, que da subtração do acusado ao júri furtou-se o Réu ao longo dos últimos catorze anos, tendo, pode-se dizer, de certa forma, usufruído da situação de alguém sujeito à jurisdição nesta Casa - quando se verifica, por exemplo, nos autos, que apenas para se localizar uma das testemunhas de defesa se despendeu mais de um ano após os primeiros oito, período em que sequer podiam os órgãos judicantes atuar pela ausência de autorização legislativa para o processamento, conforme observa, em seu relatório, o eminente Ministro Relator (fls. 5).

A segunda observação que se impõe, neste item, é se o sistema constitucional vigente suporta ou comporta a escolha do juiz pelo jurisdicionado, questão imbricada à primeira, mas que se põe, autonomamente. Se é (ou se fosse) fato que o Réu se excluiu do status funcional na busca de submeter-se à jurisdição desta Casa,

estar-se-ia considerando legítimo que o jurisdicionado, ou pelo menos alguns privilegiados dentre todos os cidadãos, teriam obtido uma abertura no sistema constitucional a lhes permitir escolher quem os julga, de maneira absolutamente sem igual em qualquer legislação democrática do Estado de Direito.

Mais ainda: com práticas como esta, pode-se chegar à prescrição de crimes e à impunidade premeditada, pois bastaria que se valessem aqueles que dispõem de foro específico para ser processados e julgados de subterfúgios, como, por exemplo, a escolha alternativa de um ou outro caminho para, com o tempo gasto no processamento em cada qual dos órgãos, burlarem-se as leis do processo penal e obter-se a não conclusão da ação pela extinção da punibilidade, a que chega com a superveniência da prescrição. Não há constitucionalidade nem legitimidade em tal proceder. Como válida juridicamente não haverá de ser considerada a burla ao dever do Supremo Tribunal que, no início do julgamento - o que se dá com a publicação da pauta da sessão na qual se levará a cabo a apreciação das matérias postas à jurisdição - tenha frustrado o cumprimento do seu dever constitucional pela alteração do estado de fato pelo acusado.

Renúncia do acusado: legitimidade, adequação, validade e
efeitos

14. Há que se dizer uma palavra sobre a renúncia ao cargo de Deputado Federal, e seus efeitos sobre o julgamento da ação penal em pauta.

Renúncia - afirmei em outra ocasião - é ato jurídico unilateral pelo qual o agente político abandona, por decisão expressa, o cargo para o qual foi eleito. Recusa ele, assim, a continuidade de sua condição de titular do cargo no qual foi empossado por mandato,

popular. Pelo ato de renúncia, abdica-se do cargo que ocupa. Naquela oportunidade, anotei, ainda, que "diversamente do que ocorre na renúncia em matéria de direito privado, no direito constitucional... ela equivale ao abandono do cargo ... por manifestação expressa de sua deliberação no sentido de se negar a titularizá-lo. ... Esse voluntarismo, que no direito privado conduz à finalidade de desobrigar-se das funções inerentes ao direito renunciado, no direito público, e, principalmente, na hipótese em foco, somente pode ter como finalidade a cessação do exercício do cargo e a desobrigação de se dar continuidade ao desempenho das funções a ele inerentes. Se a vontade tem predomínio ainda hoje no direito privado, a finalidade pública é que tinge a essência de todas as relações firmadas no direito público. ... Seria inimaginável, juridicamente, que um ato unilateral de alguém pudesse sobrepujar os objetivos do processo. Não pode um ato pessoal de vontade ter o condão de extinguir um julgamento... Renúncia, no direito, é instituto específico, que se presta ao afastamento do renunciante do direito a que fez jus pelo ordenamento jurídico. Não exclui, portanto, deveres contraídos ou responsabilidades havidas no exercício do cargo, especialmente na situação analisada, em que a renúncia seria de um agente processado, mas ainda não julgado, pois que se daria durante o processo e com a finalidade de eximir-se da responsabilização. ... Não se nega, nem se o poderia, que aquele que, por qualquer razão, não se sente em condições de continuar a exercer o cargo... pode renunciar a tal desempenho, sem que se lhe possam opor embargos de qualquer natureza. Entretanto, quando o ato de renúncia ocorre durante a fase de processo e julgamento do renunciante ... há que se analisar: a) em que momento ocorre tal resignação para se conhecer de seus efeitos sobre o processo e julgamento, ou seja, de sua repercussão jurídica sobre o exercício da competência para julgar; b) qual a finalidade e quais os efeitos,

AP 333 / PB

jurídicos concretos, inclusive para o renunciante, do julgamento e de uma eventual condenação...Se a renúncia pudesse valer a extinção instantânea do processo e determinar o exaurimento do juízo do Senado e a supressão da competência, é certo que se estaria a adotar o princípio da pessoalidade e do voluntarismo a predominar sobre a finalidade pública que domina todas as condutas dos agentes públicos. Ao contrário disso, entretanto, a igualdade de tratamento e a secundariedade dos atos de vontade pessoal predominam no trato da coisa pública, nos comportamentos de governo, nos exercícios de competência, no desempenho de mandatos" (Parecer. In A OAB e o impeachment. ps. 153 e segs.).

Na mesma direção, salientava o Ministro Evandro Lins e Silva: "os crimes não se evaporam com a renúncia ou a extinção do mandato. Com a renúncia, o Senado não perdeu a competência para prosseguir no julgamento do acusado; ao contrário, teve-a prorrogada..." (Idem, ibidem).

Renúncia de mandato é ato legítimo, porém não se presta a ser subterfúgio para se deslocarem competências constitucionalmente definidas e que não podem ser objeto de escolha pessoal, menos ainda ato de vontade válida a impedir a fixação de penas. No caso em pauta, a perda do cargo pode se dar na espécie, pelo que se dele se afasta por renúncia o acusado, subtrai-se a resultado possível, em função do julgamento, seja qual for o órgão julgador (art. 55, inc. VI, da Constituição).

Por isso, os efeitos da renúncia somente se entendem com o que seja legítimo no sistema, como forma de desincumbir-se o renunciante do encargo, mas não como mecanismo para se subtrair ele de débitos,

AP 333 / PB

que tenha com a Administração Pública ou, principalmente, com a sociedade.

Daí porque, no mandado de segurança n. 21.689, decidiu o Plenário deste Supremo Tribunal, à unanimidade, que "VI. - A renúncia ao cargo, apresentada na sessão de julgamento, quando já iniciado este, não paralisa o processo de "impeachment". VII. - Os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa (C.F., art. 37). ..."(grifos nossos).

Analogia feita ao quanto sedimentado na jurisprudência deste Supremo Tribunal quanto a crimes de responsabilidade dos agentes políticos, não seria razoável se romper a igualdade de tratamento permitindo que ação penal pudesse deixar de ser julgada pelo órgão competente, quando, às vésperas da sessão de sua apreciação, renunciasse ao cargo o mandatário nela feito réu.

15. Há que se enfatizar a data da renúncia apresentada pelo réu. Como antes assinalado, foi ele apresentado à Casa Legislativa e nela lido o ato formal de sua opção, em 31 de outubro de 2007, tendo sido publicado em 1º. de novembro. Era ponto facultativo esse dia no Poder Judiciário Federal - o Supremo Tribunal aí incluído - em razão do dia do servidor público. O dia subsequente (sexta feira - dia 2.11) era feriado nacional. O primeiro dia útil seqüente àquele da publicação - dia 5.11 - era exatamente o dia pautado para início do julgamento em Plenário do processo. Significa dizer que a renúncia aperfeiçoou-se no dia útil imediatamente anterior ao do início do julgamento da ação penal pelo Supremo Tribunal.

Não é difícil afirmar os motivos e os fins a que se destinou aquele ato. E não se há desconhecê-los para reconhecer a

legitimidade da renúncia e a sua adequação e validade no sistema constitucional.

16. E tais elementos - motivos e fins - compõem os atos jurídicos, expondo-se eles à análise de sua validade constitucional. É a legitimidade dos motivos e dos fins que distinguem entre os atos legítimos e os ilegítimos. Do que decorre que comportamentos formalmente iguais podem produzir efeitos distintos pela sua compatibilidade, ou não, com o sistema jurídico.

E é o exame dos motivos e dos fins que levam a que se tenha como válida, ou não, a renúncia do réu ao cargo de Deputado Federal, ocorrida na véspera da sessão de julgamento para o efeito de impedir o prosseguimento do julgamento da ação penal em pauta.

17. Na espécie em causa, motivos e fins variados poderiam conduzir à renúncia. Mas os que, no caso concreto, se tornam manifestos são os que dão conta da insubmissão ao julgamento deste Supremo Tribunal Federal a se iniciar no momento mesmo em que os juízes reuniam-se para levar a efeito a sessão em que tanto se daria.

O processo estendeu-se por catorze anos. Em todo este período o réu titularizou cargo eletivo. Não se pronunciou sobre a possibilidade de esquivar-se de eleição ou de abandonar qualquer dos cargos para se submeter ao julgamento pelo júri. Portanto, não se há considerar coincidência ou imprevisão a renúncia decidida e formalizada na véspera do julgamento por este Supremo Tribunal Federal.

Por isso, os fins da renúncia não se incluem entre aqueles que impedem o prosseguimento do julgamento por este Supremo Tribunal. O que seria ato legítimo pela decisão unilateral adotada torna-se não exercício de direito, pela ilegitimidade dos motivos e fins entrevistos, mas abuso de direito, ao qual não dá guarida o sistema constitucional vigente. O direito em sua realização normal e legítima é uso, em sua realização anormal e ilegítima, abuso.

Em cuidado sobre o tema, preleciona José Olympio de Castro Filho: "... toda vez que, na ordem jurídica, o indivíduo no exercício de seu direito subjetivo excede os limites impostos pelo direito positivo, aí compreendidos não só o texto legal, mas também as normas éticas que coexistem em todo sistema jurídico, toda vez que o indivíduo no exercício do seu direito subjetivo o realiza de forma contrária à finalidade social, verifica-se o abuso do direito (Abuso do direito no processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 1960, p. 21). Citando a doutrina objetivista afirma aquele autor, "pode haver abuso do direito mesmo sem a intenção de prejudicar. O ato é lícito ou ilícito conforme se realiza ou não de acordo ou em harmonia com a finalidade do instituto jurídico" (idem).

18. Dentre as formas de abuso de poder aquele autor cita a fraude, que consiste em "atos reais, queridos e realizados efetivamente, mas combinados de tal maneira que, ainda sendo lícitos em si, permitem burlar a lei e fazê-la produzir efeitos contrários a seu espírito e a seu fim" (idem).

E acentua Josserand que "na maioria dos casos, o autor do ato fraudulento não se propõe a causar prejuízo a outrem; seu objetivo essencialmente único é a salvaguarda de interesses pessoais; quer obter um benefício ilícito, escapar ao cumprimento de uma obrigação

que normalmente lhe incumbe, por exemplo, enganando a administração, frustrando a vigilância do fisco" (*Los moviles em los actos jurídicos. Apud CASTRO FILHO, José Olympio - op. cit., p. 93*).

No mesmo sentido Rippert, em sua obra sobre "a regra moral nas obrigações civis", pondera que: "há uma outra espécie de fraude a que se chama fraude à lei. ... Não se trata, com efeito, necessariamente dum conflito de interesses privados mas, algumas vezes, duma tentativa feita de comum acordo com vários interessados para fugir à aplicação duma regra jurídica imperativa. Defraudar a lei é elidir a aplicação de lei normalmente aplicável, por essa lei vir embaraçar os interesses ou as vontades" (RIPPERT, Georges - *A regra moral nas obrigações civis. São Paulo: Saraiva, 1937, p. 331*).

19. Na espécie em pauta, o que se tem é uma prática que, conquanto formalizada como ato válido, abriga pretensões incompatíveis com os princípios e as regras constitucionais porque excluem a aplicação da regra de competência deste Supremo Tribunal.

É de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello a lição segundo a qual "... o abuso de direito... compreende todas as hipóteses de exercício de direito em que seu titular excede os limites morais mínimos que o fundamentam, os princípios que informam a categoria jurídica de que participa, contrariando o interesse social que a norma jurídica teve em mira ao qualificar esses tipos de situações jurídicas, em que se verifica seu exercício de maneira anormal, além do razoável, segundo uma concepção objetiva de justiça, de proporcionalidade admissível entre o poder jurídico do titular do direito e do terceiro a ele vinculado" (*Princípios gerais de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 496*).*l*

Não é diferente desta explanação o que se contém na espécie sob exame. O réu apresentou a sua renúncia exatamente na véspera do início da sessão de julgamento, após catorze anos de tramitação do processo, razão pela qual não se há de tê-lo como ato válido para os fins de obstar o exercício do dever do Supremo Tribunal de desempenhar a competência que lhe é constitucionalmente conferida.

20. A renúncia a cargo público - mais ainda em se cuidando de recurso adotado para dificultar ou até mesmo impedir um julgamento de ação penal - não haverá de servir a fins contrários ao dever que cada um tem de se submeter ao julgamento pelos seus atos na forma constitucional ou legalmente fixada. Daí o disposto no art. 55, § 4º, da Constituição brasileira, segundo o qual *"A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º"*.

21. Esse dispositivo constitucional, introduzido no sistema pela Revisão de 1993, pôs-se com a finalidade de moralizar o comportamento parlamentar, impedindo fosse adotada aquela providência o interessado em se livrar de qualquer processo, incluídos - mas não apenas - os que tinham curso perante a Casa integrada pelo renunciante.

A norma dispõe sobre duas situações: a primeira refere-se ao processo que visa à perda do mandato e a segunda concerne ao processo que possa levar também à perda do mandato. O primeiro refere-se a processo instaurado ou protocolizado na Mesa da Casa a cujos quadros está integrado o renunciante. O segundo haverá que ser qualquer processo, instaurado perante qualquer instância, que possa levar à perda de mandato. É a lição de José Afonso da Silva: "a

lógica (na interpretação da norma) aponta para qualquer procedimento investigatório de órgão que apure faltas ou situações das enumeradas nos incisos do art. 55 suscetíveis de levar à perda de mandato" (Comentário contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 425).

Uma das situações enumeradas nos incisos do art. 55 da Constituição brasileira está exatamente no item VI, segundo o qual *"perderá o mandato o Deputado ou Senador... que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado"*.

Logo, força é convir que o ato de renúncia haveria de ter os seus efeitos suspensos até o julgamento final do processo e, a partir do que aqui decidido, se teria o seu aperfeiçoamento.

Interpretação e aplicação diversa daquela norma levaria ao esvaziamento do seu conteúdo e à inocuidade do seu dispositivo, pois a prática conduziria à negativa da segunda parte do que nela se estampa.

Por isso acentuei na sessão do dia 5.11.2007 deste Plenário, que, ao cuidar de caso versando matéria relativa ao estatuto constitucional dos parlamentares, ressaltei alguns dos princípios que informam as normas que cuidam do tema, especialmente que a Constituição garante a imunidade, mas não a impunidade; que os cargos públicos voltam-se à concreção de objetivos públicos e deles não se pode valer quem quer que seja para se excluir dos deveres cidadãos de todos. Relevei então lição de Black, que li aqui na sessão passada, segundo o qual *"Uma lei deve ser interpretada em consonância com seu espírito e razão; as Cortes têm poder para declarar que um caso conformado à letra da lei não é por ela alcançado quando não esteja conformado ao espírito e à razão da lei e da plena intenção legislativa"* (Henry Campbell Black, *"Handbook on,*

the Construction and Interpretation of the Laws", West Publishing Co., St. Paul, Minn., 1896, pag. 48).

De igual forma, pondera Recasens Siches que: "A norma legislativa se formula em termos gerais, porém quem a formula tem em mente um determinado tipo de casos, bem reais, dos quais teve experiência, ou tem mentalmente antecipados por sua imaginação, em relação aos quais pretende que se produza um determinado resultado, precisamente porque considera este resultado o mais justo.

Então resulta evidente que o juiz, ante qualquer caso que se lhe apresente, tem, antes de tudo, que verificar mentalmente se a aplicação da norma, que em aparência cobre dito caso, produzirá o tipo de resultado justo em que se inspirou a valoração que é a base daquela norma (.....) Se o caso que se coloca perante o juiz é de um tipo diferente daqueles que serviram como motivação para estabelecer a norma e se a aplicação dela a tal caso produziria resultados opostos àqueles a que ela se propôs, ou opostos às conseqüências das valorações em que a norma se inspirou, entendo que se deve considerar que a norma não é aplicável àquele caso" (LUIS RECASÉNS SICHES, *Filosofia del Derecho*, Editorial Porrúa, Mexico, 2ª ed., 1961, pag. 659).

Lembro, ainda, a lição de Ruy Barbosa, que em seus Comentários à Constituição de 1891 anota: "... a lei política de um País não se interpreta com essa rigidez, não está subordinada, permita-se-lhe a expressão, à mesma literalidade que um regimento militar. Não são disposições que principiem e acabem cada uma em si mesmo; debaixo da lei política de cada País, existe uma substrutura de idéias gerais que ela propõe, uma finalidade de relações imanentes que ela não define, uma base comum, uma rede intrincada e sutil de princípios, que a apóiam, que a orientam, mas que ela não particulariza. Esse


AP 333 / PB

conjunto de princípios constitui, a respeito da lei fundamental do País, a fonte superior de sua interpretação e às conclusões que dela decorrem estão subordinadas em sua inteligência todas as cláusulas constitucionais" (Comentários à Constituição Federal Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1933, v. III, p. 411).

Seguindo a lição de Ruy há de se anotar que a Constituição abriga princípios que enfatizam o dever da jurisdição, a que todos haverão de se submeter, como obrigação cidadã ao qual não há alguém de se achar excluído por prática unilateralmente providenciada, menos ainda pela via de mecanismos que são postos para abrigar o interesse público e não para burlá-lo, para se ter mais independência no trato da coisa pública, não para se ter impunidade com o destrato do interesse público.

Conclusão

22. Por tudo quanto exposto, tenho, pois, Senhora Presidente, como acertada a posição do nobre Relator, Ministro Joaquim Barbosa, e os dignos Ministros que o seguiram, os quais acompanho, no sentido de que persiste a competência do Supremo Tribunal, devendo prosseguir o julgamento da presente ação nos termos previstos.

É como voto 

05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

ACÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministra Cármen Lúcia, pedi esta intervenção a Vossa Excelência, porque seu voto agora rasgou um facho de luz que me permite ponderar à Corte o seguinte.

Na verdade, meu voto não predica, em nenhum momento, retorno à **sumula 394**. O primeiro motivo é que a **súmula 394**, a rigor, nada tem com o princípio da **perpetuatio**, pois radica-se na questão da determinação da competência no momento da propositura da ação, não no momento do fato que possa ter gerado o critério que determina a competência. São coisas completamente diferentes.

Estou tentando chamar a atenção, eminentes Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio e Gilmar Mendes, mais antigos e aptos para me esclarecer, se me engano, para o fato de que dos precedentes em que se baseou o enunciado da súmula, nenhum deles diz respeito a renúncia, mas à cessação do exercício funcional pelo término do mandato.




AP 333 / PB

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Outro item do meu voto.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ou seja, por um fato objetivo que não depende da vontade direta do réu.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É o próximo item do meu voto, vou ler exatamente isso.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - O voto de Vossa Excelência traz-me à consideração o seguinte: é um risco para esta Corte - se já não fosse, do meu ponto de vista e com o devido respeito, injurídico - firmar tese segundo a qual o réu pode dispor, por mero ato seu de vontade, da competência do Supremo!

É como se o Supremo consagrasse a tese de que as partes podem convencionar não se submeter à competência do Supremo. Se é permitido que o façam por ato unilateral, desse princípio vem logo a consequência de que podem fazê-lo convencionalmente. O réu e o autor podem celebrar, nos autos, negócio jurídico - e quem tem algum conhecimento de Direito sabe que renúncia é negócio jurídico, embora unilateral -, estipulando que a competência para apreciar recurso não seja do Supremo. 

AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas, ministro, é objeto buscado com a competência do Supremo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Em outras palavras, é como se a competência constitucional do Supremo Tribunal Federal ficasse na dependência da vontade da parte.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Estou provando, Ministro, que o Supremo Tribunal não pode abrir mão da competência. O jurisdicionado pode escolher?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não, Excelência, o problema não é esse. O problema é que desaparece do cenário jurídico a base para a competência fixada na Constituição Federal. Já não há o bem protegido, considerado o crivo do Supremo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Desaparece por quê?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Por um ato prevalecente de vontade, porque não podemos rever esse ato, muito menos no processo criminal.

Agora não acredito que a composição antiga do Tribunal tenha errado a esse ponto quando afastou a perpetuação. E digo mais: a falta de prevalência dessa perpetuação está no artigo mencionado por Vossa Excelência

AP 333 / PB

que envolve a não-persistência da competência em se tratando de competência funcional ou hierárquica. É o que está no preceito. A competência em razão da matéria e a competência hierárquica ou também dita funcional - essa competência não é ditada pela propositura. Os fatos subseqüentes repercutem, afastando-a.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro, o que o princípio da **perpetuatio** enuncia?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro, Vossa Excelência esqueceu a cláusula final do preceito lido e constante do Código de Processo Civil.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro, é só ler o artigo 87: "ocorridas posteriormente".

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sim, talvez o tenha surpreendido quando disse: mas, ministro, a competência funcional, dita também hierárquica, está excepcionada na parte final do preceito.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro, o exemplo seria o seguinte: se a Constituição agora, no curso do processo, alterasse a competência do Supremo e determinasse que um parlamentar devesse ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, isso, sim, seria fato superveniente que diz respeito a critério de competência

AP 333 / PB

absoluta. A mudança da competência absoluta só influi no julgamento da causa, ou só altera a competência perpetuada, quando seja superveniente. É óbvio, porque, se anterior, não há pensar no princípio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Agora, pela premissa de seu voto, a declinação é para o Superior Tribunal de Justiça, porque lá foi proposta a ação!

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Isso é outra coisa. Quero voltar ao argumento de Vossa Excelência - sempre muito respeitável e muito brilhante como sempre - de sobrevir fato. Mas, consistente em quê? Num ato de vontade da parte? É um ato de vontade da parte que está aqui como causa da mudança da competência.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Estou fazendo essas observações, porque o voto da eminente Ministra, agora, me iluminou esse outro aspecto.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Uns dependem da vida; outros, da vontade.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro, o argumento de Vossa Excelência é impressionante, mas, **data**

AP 333 / PB

venia, só à primeira vista, porque é preciso esquecer que, se o parlamentar o faz, dolosamente, para escusar-se de uma manifestação formal de vontade, permitindo que, pelas faltas, o Parlamento lhe extinga o mandato, para escapar da competência do Supremo, no fundo seria a mesma coisa se o tivesse declarado. A diferença é que um faz abertamente, e outro faz sutilmente. Ambos querem mudar a competência do Supremo por ato de vontade. E penso que, em substância, a segunda hipótese de Vossa Excelência é igual à primeira. A diferença é que uma é declaração formal, e a outra é ato indireto, mas com igual sentido. Questão de prova!

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Mande agora levantar alguns precedentes só para saber: ex-Ministro de Estado perdeu a função; o 40.380, cessação de exercício funcional; 40.400, crime cometido após cessação de exercício funcional; 32.097, aposentadoria compulsória de juiz.

Em nenhum caso, o Supremo, para chegar à **súmula 394**, hospedou a tese de que um mero ato de vontade pode mudar-lhe a competência.



AP 333 / PB

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhor Ministro, rendo minhas homenagens publicamente a Vossa Excelência, mais uma vez, não apenas à sua inteligência brilhante, mas sobretudo aos conhecimentos jurídicos e históricos da jurisprudência da Suprema Corte norte-americana, que, só em 1967, resolveu o problema dos casamentos interracialais no caso *Loving x Virginia*. Levou quanto tempo? Duzentos anos para mudar a jurisprudência da Corte! Estamos há menos tempo, Ministro, podemos mudar a jurisprudência já.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - E, mais: a minha proposta não é retorno à **súmula 394**; é só que a Corte preserve sua competência para não permitir que algum Ministro, como todos nós, sujeitos às tentações do inquieto espírito humano, diante de um caso complexo como este, pense: por que vou perder tempo, se o réu, cuja condição funcional atual é que determina a competência da Corte e o meu trabalho, vai depois renunciar? Vamos aguardar.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Peço perdão, porque fiquei tão entusiasmado com o raciocínio de Sua Excelência, que não me permiti silenciar.



05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBAV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhora Presidente, ouvi atentamente e com grande interesse os brilhantes votos e as discussões que precederam a minha intervenção, que será breve, brevíssima.

Duas são as questões em debate na sessão de hoje. Em primeiro lugar, a questão suscitada pelos nobres Advogados, constante inclusive de memorial que me foi entregue e que diz respeito exatamente à competência do Tribunal do Júri, prevista no artigo 5º, XXXVIII, da Carta Magna, de julgar o réu por ter ele cometido um crime doloso contra a vida. Segundo consta deste memorial e dos argumentos que os Advogados explicitaram na questão de ordem, por se tratar de um direito fundamental, capitulado no artigo 5º da nossa Constituição da República, esta norma teria precedência sobre a norma de competência que comete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de membros do Congresso Nacional.

No entanto, na esteira dos pronunciamentos que me antecederam, afasto esse argumento por entender que ambas as

AP 333 / PB

normas - a norma consignada, consubstanciada no artigo 5º, XXXVIII, da Constituição, como aquela explicitada no artigo 102, I, **b**, da Carta Magna - têm a mesma dignidade constitucional; têm a mesma hierarquia do ponto de vista axiológico, porquanto ambas as normas encerram garantias fundamentais do cidadão. A primeira, do cidadão comum; e a segunda, do cidadão parlamentar. Portanto, num conflito entre normas de igual hierarquia - e penso que o conflito é apenas aparente -, aplica-se o princípio da especialidade, tão conhecido na hermenêutica constitucional.

A segunda questão suscitada diz respeito exatamente à eficácia da renúncia do réu parlamentar, deputado federal, no plano processual. Nesse ponto, com a devida vênia daqueles que pensam em sentido contrário, entendo que a manutenção da condição de parlamentar por parte do réu constitui uma condição objetiva de procedibilidade, imprescindível, *data venia*, para a continuidade da tramitação da ação penal perante o Supremo Tribunal Federal.

A renúncia, a não-reeleição, a perda do mandato por qualquer das hipóteses previstas na Constituição faz cessar, inapelavelmente, penso eu, a prerrogativa do foro especial, taxativamente prevista na Constituição. Esse, aliás, foi o principal argumento que levou à revogação da Súmula 394.

AP 333 / PB

No intervalo da sessão, fiz uma rápida pesquisa da jurisprudência desta Casa e deparei-me aqui com uma questão de ordem, praticamente idêntica, que foi relatada pelo eminente Ministro Moreira Alves, professor de tantos de nós que aqui estamos nesta Casa, Questão de Ordem na Ação Penal nº319, do Distrito Federal, que cabe, data venia, como uma luva ao caso sob apreço. A ementa é a seguinte:

"Ação Penal. Questão de Ordem sobre competência desta Corte para prosseguir no processamento dela. Cancelamento da Súmula 394. Depois de cessado o exercício da função, não deve manter-se o foro por prerrogativa de função, porque cessada a investidura a que essa prerrogativa é inerente, deve esta cessar por não tê-la estendido mais além a própria Constituição. Questão de Ordem que se resolve no sentido de se declarar a incompetência desta Corte para prosseguir no processamento desta ação penal, determinando-se a remessa dos autos à Justiça comum de primeiro grau do Distrito Federal, ressalvada a validade dos atos processuais nela já praticados."

Ademais, Senhora Presidente, entendo que não se pode presumir o abuso de poder ou mesmo a fraude processual pelo simples fato da renúncia, que, aliás, ocorreu - diga-se -, claro, depois de iniciado o processo, mas antes de iniciado o julgamento. E o entendimento desta Corte é no sentido de que, nas ações diretas de inconstitucionalidade - recentemente, decidimos uma

AP 333 / PB

questão nesse sentido -, não pode mais o proponente desistir da ação depois de iniciado o julgamento. Parece-me que, *mutatis mutandis*, se aplica a mesma regra.

Além disso, temos assentado, nesta colenda Corte, que a magistratura nacional é una, sendo, penso eu, irrelevante para o efeito da prestação jurisdicional que determinado réu seja julgado pelo Supremo Tribunal Federal, por um dos Tribunais Superiores do País, por algum tribunal local, estadual ou regional federal, por um Tribunal do Júri, ou mesmo por um juiz singular.

Também, gostaria de assentar que, claro, como cidadão e como magistrado, me preocupo com o fato de que as regras que disciplinam a prescrição permitem manobras protelatórias no sentido de efetivar-se, de materializar-se no plano concreto a prescrição, mas é preciso que se mudem as leis. Isso é, *data venia*, matéria de *lege ferenda*, que não pode ser considerada por esta Corte neste julgamento.

Por essas razões, Senhora Presidente, com a devida vênia dos que pensam em contrário, peço licença para acompanhar a divergência.

05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBACONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Senhora Presidente, farei justificativa de voto, por tê-lo antecipado sem prejuízo do reexame quando da devolução do pedido de vista do Ministro Marco Aurélio.

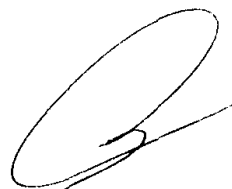
Senhora Presidente, a Constituição não faria do Direito um sistema, se, antes, sistema ela própria não fosse. Nós sabemos que toda Constituição rígida possibilita a montagem de um sistema jurídico de supra-infra-ordenação. E a nossa Constituição é sistema em si mesma, porque também dispõe dos atributos que são próprios do sistema, dentre eles avulta o da coerência ou da congruência, aptidão que tem o Direito de eliminar eventuais antinomias; a congruência é incompatível com a persistência da antinomia. Aqui não há antinomia, porque, em verdade, o que temos é uma norma geral em aparente conflito, em aparente antinomia com uma norma especial. Falo da norma especial do artigo 102, I, "b", que fixa a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar as infrações penais comuns increpadas a membros do Congresso Nacional, no caso dos autos. É o foro especial por prerrogativa de função, norma especial, sem nenhuma dúvida. De outra



parte, temos a norma geral que confere aos indivíduos em geral o direito a julgamento, pelo Tribunal do Júri, nas hipóteses de crime doloso contra a vida.

Aqui é preciso fazer uma distinção nem sempre feita pela doutrina: o Tribunal do Júri, no âmbito dos órgãos judicantes, é especial, mas o direito de o indivíduo ser julgado por um Tribunal do Júri pelos seus concidadãos é um direito comum, direito franqueado a todo e qualquer indivíduo pelo fato mesmo da humanidade que mora nele, despojado, portanto, de qualquer função, cargo ou outra condição. Portanto, o direito de ser submetido a júri quando da acusação de cometimento de crime doloso contra a vida é um direito comum, singelo, no sentido de que conferido a uma série aberta de destinatários, não a uma série fechada, como ocorre agora assim com as prerrogativas. As prerrogativas aquinhoam, contemplam pessoas nominadas pela Constituição, ao menos pelos seus cargos, e que constituem, essas pessoas, uma série fechada.

Entendo que prerrogativa, em ligeira oposição à opinião da Ministra Cármen Lúcia, é direito múnus, direito-dever, como o do proprietário hoje, porque a propriedade tem de cumprir uma função social; ou o tutor, ou o curador, ou o detentor do pátrio poder. Direito subjetivo sim, porém conferido para alcançar uma finalidade, para cumprir um dever, uma função. Chamo a prerrogativa de superdireito, um *plus*, no plano da situação jurídica ativa.



AP 333 / PB

Sempre peço desculpas quando digo "situação jurídica ativa", porque o cacófato "cativa" se torna inevitável.

Aqui, prepondera, portanto, a regra especial sobre a regra geral. A competência é do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar membros do Congresso Nacional acusados, denunciados pela suposta prática do crime de homicídio, crime doloso contra a vida; e tanto é que o Supremo acatou, recebeu a denúncia e processou o feito; chegou a ultimar a instrução. Agora, essa competência na linha do pensamento da Ministra Cármen Lúcia é de ordem pública, é fixada pela Constituição, em última análise, para desembaraçar, facilitar, tornar altivo o exercício do cargo parlamentar. É uma homenagem que a Constituição presta ao regime representativo, nome que toma a nossa democracia indireta.

Até aqui penso que não há motivo para maior discussão. São duas instâncias judicantes, dois juízos naturais - vamos chamar assim -, dois devidos processos legais.

Creio que também, até agora, não há maior discordância quanto a isso, salvante o voto divergente do Ministro Marco Aurélio, muito bem fundamentado, e seguido pelos Ministros Ricardo Lewandowski, Eros Grau e Carlos Alberto Menezes Direito.

O problema que se põe - rompeu de modo, vamos chamar, peculiar, inusitado, surpreendente - é que o titular da prerrogativa renunciou ao mandato. Até aqui, eu poderia dizer: por que tão

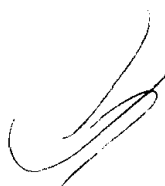
AP 333 / PB

surpreendente assim, tantos não renunciaram ao mandato? Mas é surpreendente pelo modo como se deu a renúncia do mandato.

O denunciado renunciou ao mandato não para abdicar do mandato, por incrível que pareça; o alvo, o objetivo do renunciante não foi decair do mandato, mas da prerrogativa. O alvo foi a prerrogativa, uma prerrogativa cuja permanência se lhe tornara incômoda, inconveniente. Se prerrogativa em relação ao mandato é um acessório - o mandato é o principal, a prerrogativa é um acessório - , essa renúncia fez do acessório (prerrogativa) o principal e do principal (mandato parlamentar) o acessório. A estranheza está nisso. A insimilaridade do proceder está nesse tipo de inversão de planos. A prerrogativa é acessório, mas foi tornada principal, porque o objetivo não foi perder o mandato, mas decair da prerrogativa e deslocar a competência do Supremo Tribunal Federal para o Tribunal do Júri. Daí a estranheza do Ministro-Relator, Joaquim Barbosa, que chegou a falar de manobra, de esperteza, matreirice e coisas do gênero.

Eu estaria a perguntar se houve mesmo essa relação de causa e efeito entre a renúncia do mandato e o objetivo de deslocar a competência do Supremo para o Tribunal do Júri.

Permito-me ler a carta de renúncia do parlamentar em causa:



Notas taquigráficas de sessão do Plenário da Câmara dos Deputados, na qual foi lida a carta de renúncia do deputado federal Ronaldo Cunha Lima:

"Senhor Presidente, Arlindo Chinaglia - concedo a palavra ao nobre deputado Antonio Carlos Panúnzio, para uma comunicação de liderança, pelo PSDB.

O Senhor Antonio Carlos Panúnzio, PSDB, São Paulo, como líder (sem revisão do orador):

Senhor Presidente, pedi a palavra para fazer importante comunicado à Casa.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, venho a esta tribuna cumprir um dever de líder, mas um dever doloroso. Peço a atenção dos prezados parlamentares para a leitura que farei da carta escrita pelo deputado Ronaldo Cunha Lima, em que Sua Excelência renuncia ao seu mandato de deputado federal:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, venho através desta formalizar minha renúncia definitiva e irretratável ao mandato de Deputado Federal pelo Estado da Paraíba.

Quero, com esse gesto extremo, despir-me de quaisquer prerrogativas para assumir, apenas como cidadão, episódios particularmente dolorosos de um passado já remoto no tempo, mas ainda muito presente em minha vida e minha consciência, por seus desdobramentos de sofrimento e de dor.

Não é a primeira vez que, no enfrentamento desse episódio, abro mão de prerrogativas. Ainda no Senado, eu o pedi formalmente e de público a todos os meus pares, ao defender o que para mim é princípio fundamental: a imunidade parlamentar deve cingir-se exclusivamente a fatos ligados ao exercício do mandato. Pedia para ser processado e julgado. Queria enfrentar o Júri Popular, sem quaisquer imunidades. Serei julgado não por atos da função pública, mas por gestos de cidadão. Como mero cidadão é que terei de ser tratado.

Por esses gestos já me penitenciei junto aos que fiz sofrer. Deus me permitiu receber do adversário de outras épocas o gesto de perdão, que nos permitiu estabelecer a paz entre dois corações e vencer as

atribuições de duas histórias. A reconciliação muitas vezes desejada, sinceramente querida com toda a força de meu coração, e felizmente alcançada, não me tornou menos responsável por meus atos.

O povo da Paraíba, em repetidas ocasiões, distinguiu, com clareza inequívoca, a dramaticidade de um gesto e a história de uma vida, entre o momento esparso e isolado de um minuto e a prática consolidada de uma existência. Mas até para me reconciliar comigo mesmo e com minha história devo enfrentar, diante de meu próprio povo, toda a dor dessa circunstância.

À Paraíba, a que dediquei toda a minha vida, entrego meu destino. A Paraíba me julgará, soberanamente, através de seu Tribunal do Júri.


Agradeço aos paraibanos a confiança de mais um mandato, do qual me despeço com a proclamação explícita de homenagem à Justiça e ao Tribunal do Júri Popular. Em todas as tribunas que a vida me permitir, continuarei entoando meu mais profundo respeito ao Parlamento brasileiro e a minha mais profunda convicção de que a imunidade parlamentar, com todos os seus desdobramentos, deve resguardar exclusivamente atos relativos ao exercício do mandato.

Com os meus mais sinceros agradecimentos, e em sinal de coerência, Ronaldo Cunha Lima, agora apenas brasileiro com muita esperança. E paraibano, com muito orgulho."

Ou seja, não há dúvida de que realmente a renúncia obedeceu a um móvel, a um objetivo centrado, focado, que foi deslocar a competência do Supremo Tribunal Federal para o Tribunal do Júri.

Pergunto: como tipificar esse ato de vontade, esse ato unilateral de vontade?

O Ministro Cezar Peluso, na última assentada, respondeu: abuso de direito. E a Constituição cuida de abuso de direito a partir do artigo 9º, para coibi-lo, a propósito da greve.



AP 333 / PB

Cuida até a Constituição de abuso de prerrogativa parlamentar, também para coibi-la.

Mais especificamente - eu disse isso na última assentada, e o Ministro Joaquim Barbosa repetiu agora - no § 4º do artigo 55, a Constituição disse:

"Art. 55

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato" (...)

E esse processo poderia levar à perda de mandato, porque a Constituição já diz que se dá a suspensão de direitos políticos por sentença penal condenatória com trânsito em julgado:

Art. 15

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

Havia um risco, portanto, de condenação criminal, em seqüência, suspensão dos direitos políticos, ato contínuo, perda de mandato parlamentar.

A Constituição disse:

"Art. 55

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º."

Vale dizer, a Constituição, ainda que endogenamente, ainda que somente no plano interno, no âmbito do Congresso Nacional, ainda assim este § 4º coíbe o que subjaz a essa regração: o abuso de



direito, abrindo a Constituição uma diferença de planos: o plano da validade e o plano da eficácia. Não que a renúncia não seja válida. Não se pode obrigar ninguém a permanecer no exercício de cargo, ou filiado a um partido, ou a membro de uma corporação ou de uma sociedade. Isso faz parte da autonomia de vontade das pessoas: ficar ou bater em retirada. Mas, no plano da eficácia, a relativização se deu. Os efeitos típicos visados pelo renunciante não operam, não se consumam.

Eu passo, então, a concitar os Senhores Ministros a fazer uma ponderação de valores.

Chancelar o abuso de direito implica vilipendiar a Constituição no seu íntegro sistema de comandos, na inteireza do seu sistema de comandos. A Constituição tem muito mais a perder com a chancela desse tipo de comportamento abusivo do que a ganhar com a transferência da competência do Supremo para o Tribunal do Júri. É o que se tem chamado de proporcionalidade em sentido estrito, a demandar, portanto, esse tipo de ponderação de valores.

O Ministro Cezar Peluso falou ainda de um princípio universalmente consagrado no sistema jurídico dos povos civilizados, da **perpetuatio jurisdictionis**, mas, Ministro Cezar Peluso, há um outro princípio também não escrito, por ser um princípio geral de Direito, que é ínsito ao direito de todo povo culturalmente avançado



AP 333 / PB

ou dito civilizado: não se pode tirar partido da própria torpeza, da própria esperteza. Não se pode tirar partido.

E nesse caso peço vênica para entender que o objetivo foi espúrio, deslocar uma competência fixada em razão de ordem pública e que não faz parte do direito potestativo de quem quer que seja. A Ministra Cármen Lúcia lembrou bem, nem o próprio Supremo Tribunal Federal, no caso, pode abdicar dessa competência e renunciar a ela.

Esse é um caso típico em que o Direito se faz orteguiano: "yo soy yo y mi circunstancia". Esse caso pede para ele uma solução específica, exclusiva, própria.

Por isso, pedindo vênica aos que pensam diferentemente, sou pelo acolhimento da questão de ordem, para prosseguir no julgamento do feito, e, assim, estou me contrapondo ao que tenho como um escancarado abuso de direito.

É como voto, Senhora Presidente.



05/12/2007**TRIBUNAL PLENO****AÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhora Presidente, no caso em apreço, como já foi destacado, discute-se a subsistência ou não da competência constitucional do Supremo Tribunal para apreciar e julgar ex-deputado federal, pela suposta prática de crime doloso contra a vida, após a renúncia ao mandato parlamentar.

Em razão da ausência justificada, eu não pude acompanhar pessoalmente a sessão de julgamento que apreciou o tema pela primeira vez, a sessão de 05 de novembro de 2007.

Entretanto, pelo que se pode depreender da leitura das notas taquigráficas, dos memoriais e demais documentos relacionados à apreciação da causa, tive a impressão inicial de que estava diante de um caso de apresentação extremamente confusa.

Antes de me ater diretamente às questões de ordem suscitadas, creio ser pertinente traçar breve retrospecto dos atos processuais e judiciais ocorridos nestes autos.

Segundo as informações disponíveis, em 20 de setembro de 2007, por meio da Petição nº 150.866, a defesa de Ronaldo José da Cunha Lima suscitou expressamente a questão de ordem concernente à existência, ou não, de competência deste Tribunal para apreciar

AP 333 / PB

matéria que, por disposição do artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição, competiria ao Tribunal do Júri.

Em 23 de outubro de 2007, houve registro de pedido de julgamento, cuja pauta foi publicada no Diário de Justiça de 26 de outubro de 2007.

Por meio de lançamento digital realizado na mesma data da publicação da pauta, há notícia que, em despacho datado de 16 de outubro de 2007, o Relator definiu que a referida questão de ordem seria encaminhada à apreciação do Plenário, como preliminar do julgamento do mérito da ação penal.

E por fim, em sessão de julgamento de 05 de novembro de 2007, o relatório apresentado pelo Relator não fez qualquer menção específica à questão de ordem suscitada pela defesa.

Antes da sessão de julgamento, falou-se, sobretudo quanto ao foro privilegiado, escárnio à Justiça brasileira, a perversidade do foro privilegiado e de outras manobras. Na ocasião do julgamento, submeteu-se ao Plenário a possibilidade, ou não, do prosseguimento do julgamento da ação penal em razão da renúncia do parlamentar. A partir das manifestações dos Ministros Cezar Peluso e Carlos Britto, aventou-se então a possibilidade de reconhecimento, ou não, de abuso de direito, houve o pedido de vista Ministra Cármen Lúcia e, depois, o pedido de vista do eminente Ministro Marco

AP 333 / PB

Aurélio. São esses os fatos que apreendi em relação a essa discussão.

Apesar dessas ressalvas, observa-se que uma singularidade contribuiu decisivamente para os rumos que a discussão do caso assumiu. A renúncia do parlamentar ocorrera em momento anterior à realização da sessão de julgamento da ação penal, em tramitação, sob a relatoria do Ministro Joaquim Barbosa.

Inicialmente perguntei-me sobre qual seria a solução adequada para caso como esse; e me perguntei qual era a causa, Senhora Presidente, deste tipo de situação criada, a partir desse fato aparentemente inusitado. Pela descrição dos fatos, já não seria capaz de reconhecer que, aqui, houvesse um escárnio à Justiça brasileira, ou qualquer propósito de manobra ilícita. Não seria capaz de subscrever. A rigor, o modelo, o sistema permitia esse tipo de prática, mas me perguntei qual era a causa desse tipo de situação criada. Era o foro privilegiado, respondiam todos os editoriais dos jornais. Hoje, no Brasil, tudo é culpa do foro privilegiado. Talvez a investigação quanto aos responsáveis pelo *World Trade Center* não tenha sido culminada com êxito, por conta do foro privilegiado. É um tipo de populismo constitucional de um facilitário que beira a irresponsabilidade!

Seria o foro privilegiado, Senhora Presidente, ou teria sido a revogação da Súmula nº394? E então perscrutar os

AP 333 / PB

antecedentes da Súmula nº394, já que discutidos, e também a discussão que lá se travou, especialmente o voto-vista proferido pelo Ministro Sepúlveda Pertence. Sua Excelência destacava aspectos que eu já me esquecera. Sua Excelência chamava atenção que a Súmula nº394 correspondia a uma jurisprudência sesquicentenária do Tribunal. Identificou precedentes de cento e cinquenta anos atrás, nesse julgamento de 1999. Encontrou uma exceção a esse caso que citou, naquela orientação, o HC nº 33.440, do saudoso Hungria, concedido em 26.01.55, ao ex-Governador Adhemar de Barros. E fez uma revisão desta questão para aferir um tema que hoje volta, e o Direito, como disse o Ministro Carlos Britto, tem essas armadilhas, quando se quebra um sistema, pagamos pela incoerência. E, aqui, estamos exatamente diante dessa contradição.

No Inquérito nº 687, dizia Sepúlveda Pertence então:

*"Não me impressiona, **data venia**, que a orientação da Súm. 394 jamais tenha sido explicitada no texto das sucessivas constituições da República.*

O argumento é, no mínimo, ambivalente. Aqui, é impossível negar relevo à antigüidade e a firmeza da jurisprudência sesquicentenária que a Súm. 394 testemunha. Não ignoro que - suposta uma mudança na "idéia de Direito" que inspire uma nova Constituição - preceitos típicos da ordem antiga, embora mantidos com o mesmo teor podem receber interpretação diversa, quando a imponha a inserção deles no contexto do novo sistema. O que, porém, não creio ser o caso. E, por isso, se não introduziu restrição aos textos anteriores a respeito, é mais que razoável extrair daí que a nova Constituição os quis manter com o mesmo significado e a mesma compreensão

teleológica que a respeito se sedimentara nos sucessivos regimes constitucionais, não apenas nos de viés autoritário - quando a Súmula veio a ser excetuada pelos atos institucionais - mas também nos de indiscutível colorido democrático.

Em outras palavras: no constitucionalismo brasileiro, a doutrina da Súm. 394 de tal modo se enraizara que a sua abolição é que reclamaria texto expresso da Constituição: não a sua preservação,"

Por quê? Porque a interpretação, sabemos todos, integra o texto.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A regra é a sua própria interpretação.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim.

"que a tanto bastaria mantê-lo inalterado, como ocorreu.

Não contesto que a prerrogativa de foro só se explica como proteção do exercício do cargo e não como privilégio do seu titular e, menos ainda, do seu ex-ocupante.

Mas, **data venia**, é fugir ao senso das realidades evidentes negar que, para a tranquilidade no exercício do cargo ou do mandato - se para essa tranquilidade contribui, como pressupõe a Constituição, a prerrogativa de foro - ao seu titular mais importa tê-lo assegurado para o julgamento futuro dos seus atos funcionais do que no curso da investidura, quando outras salvaguardas o protegem.

Assim é patente que ao titular do Poder Executivo, enquanto no exercício do mandato, antes que o foro

especial, o que lhe dá imunidade contra processos temerários é a exigência de ser a acusação previamente admitida por dois terços da Câmara dos Deputados (CF, art. 86).

Do mesmo modo, aos congressistas, a imunidade formal é que verdadeiramente os protege no curso da legislatura.

Por conseguinte, mais que apanágio do poder atual, a prerrogativa de foro serve a libertar o dignitário dos medos do ostracismo futuro.

Aí é preciso lembrar haver entre os detentores do foro por prerrogativa de função ocupantes de cargos dos quais são demissíveis **ad nutum**:" - isso fere, exatamente, a questão que estamos a discutir - "é o caso, no plano federal, dos Ministros de Estados.

Parece repugnante aos princípios, especialmente à garantia do juiz natural, que a competência originária do Supremo Tribunal para julgá-los seja precária e fique à mercê da vontade unilateral do Chefe do Poder Executivo," - exatamente a questão que estamos, agora, a discutir - "que a possa elidir a qualquer tempo, tanto para prejudicar quanto para favorecer o ministro processado."

Essa questão foi objeto de discussão, então. Por quê? Porque a jurisprudência sesquicentenária do Tribunal, consolidada na Súmula nº394, não permitia, exatamente, que se fugisse a este princípio: crime praticado no curso da prerrogativa de foro se submetia à jurisdição plena, se fosse o caso do Supremo Tribunal Federal ou de outro tribunal.

"Com efeito. O foro especial tem uma outra face, que cumpre não esquecer.

'Presume o legislador' - recorde-se o argumento de Victor Nunes (Recl 473, RTJ 22/47) - 'que os tribunais de

AP 333 / PB

maior categoria tenham mais isenção para julgar os ocupantes de determinadas funções públicas, por sua capacidade de resistir, seja à eventual influência do próprio acusado, seja às influências que atuarem contra ele'."

E vinha, então, a questão:

"E quando não interessar ao acusado o julgamento pelo tribunal que a Constituição a tanto reservou, mais precária será a competência desse, pois aí, para subtrair-se dela - cancelada a Súm. 394 -, bastaria a vontade exclusiva do próprio réu, já pela exoneração," - palavras proféticas - "já pela renúncia, já pela aposentadoria.

Dispensa demonstração," - concluía nesse ponto - "porém, que, segundo os princípios, assim como ao acusado se dá a garantia de não ser subtraído do seu juiz natural, também é certo que a ele não é dado o poder de subtrair-se da sua competência por ato unilateral de vontade."

Essa era a ponderação daquele voto-vencido. Citava, então, uma série de precedentes.

Por isso, Sua Excelência, ao concluir o seu voto, propôs que o Tribunal reformulasse, sim, a Súmula nº394, porque entendia que crimes comuns não mereciam ou não eram dignos, talvez, dessa proteção, e estaríamos, inclusive, diante de um caso típico de crime comum. O acidente de trânsito, a tentativa de homicídio, as lesões corporais decorrentes de conflitos conjugais, nada disso tem a ver com a matéria de prerrogativa de foro no sentido geral.

Mas dizia Sua Excelência:

"(...)cometido o crime no exercício do cargo ou a pretexto de exercê-lo," - sugeri, então, uma nova redação - "prevalece a competência por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício funcional."

Essa proposta foi recusada pelo Tribunal, como se sabe. O Tribunal houve por bem superar a Súmula nº394, optou pelo seu cancelamento e paga, hoje, o preço desse conflito sistêmico. É isso que está em jogo. Aí temos de enfrentar essa questão extremamente delicada e que já fora prevista quando do julgamento naquela assentada de 1999, o caso já referido Jabes Pinto Rabelo no Inquérito nº 687. Quando o Tribunal optou pela revogação dessa sesquicentenária jurisprudência, quebrou o sistema e abriu ensanchas para essa discussão. O Tribunal teve oportunidade de rediscutir esse tema quando a questão se pôs na ADI nº 2.797. Aqui, o Ministro Sepúlveda Pertence, contraditoriamente àquilo que perfilhou no caso, sustentou outra posição.

Vejam os Senhores, portanto, que a questão voltou exatamente por conta desta incongruência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro, tendo em conta que se encontra ausente o ministro Sepúlveda Pertence, não lhe parece que a premissa do voto de Sua Excelência, na ação direta de inconstitucionalidade, foi a circunstância de se ter suplantado,

AP 333 / PB

mediante norma estritamente legal, uma jurisprudência do Supremo que surgira a partir da interpretação da Constituição Federal? Penso que a premissa do voto de Sua Excelência foi essa. Ele não estaria sendo, portanto, incoerente, considerada a posição anterior.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Só estou fazendo juízo de fato, só estou fazendo registro. De qualquer forma já disse isso outras vezes na sua presença, aqui, inclusive no voto que proferi na ADI nº 2.797, em que apontei, inclusive, outra incongruência em relação a esse aspecto, porque Sua Excelência também sustentou que a forma de diálogo entre a legislação e a jurisprudência é exatamente a modificação por lei. Isso também em casos outros aqui discutidos. Mas isso não vem a pena. A questão é que, hoje, estamos defrontados com esse desafio.

Já se vê que a questão nada tem a ver com o foro privilegiado, mas tem a ver com a revisão da Súmula nº394. Nós revisamos a Súmula nº394 e corremos o risco agora. Essa é a dificuldade. Eu vi a dificuldade de o Ministro Cezar Peluso explicitar o argumento da **perpetuatio jurisdictionis**. Ora, a Súmula nº394 era a consagração ampliada da **perpetuatio jurisdictionis**.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ampliada, bem disse Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim, ampliada em toda a sua radicalidade. Eu tenho dificuldade neste momento, tenho a impressão de que temos um encontro com essa questão, especialmente em se tratando de crimes funcionais. Este é um dado inevitável. Teremos de voltar a discutir isso. Esta sessão demonstra-o bem. Nós revisamos essa Súmula e mantivemos.

E mais, agora, tenho muita dificuldade neste caso específico de construir uma solução minimamente coerente. Cessaçã do mandato, diz-o bem o Ministro Ricardo Lewandowski, o Ministro Carlos Alberto Direito; por qualquer razão, algum deputado que não se candidate mais ou que não seja eleito. Mas se a razão for a de frustrar a competência do Tribunal?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro, mas nesse caso, com o devido respeito, não há analogia alguma. Quando cessa o mandato, cessa por fato objetivo. Outro fato será ele candidatar-se ou não. Esse é outro fato. O que faz cessar a competência é a cessação do mandato por um fato objetivo. Agora, se ele quer, ou não, é outro fato, dependente de prova. O que não se equipara - e isso é que me parece relevante para o caso, por ser um caso singular - é a circunstância de se atribuir a um ato de declaração de vontade

AP 333 / PB

da parte o poder jurídico de alterar a competência constitucional da Corte.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu teria muita vontade de ter segurança nesta discussão de psicologia ou psiquiatria jurídica, mas tenho enorme dificuldade: qual é a vontade que se manifestou aqui? Qual a vontade que se manifestou acolá?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - O Ministro Carlos Britto acabou de revelar. Vossa Excelência não tem de consultar psiquiatra nenhum, é só ler o que o Ministro Carlos Britto acabou de ler.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Poderia até consultar Vossa Excelência ou consultar o Ministro Carlos Alberto Direito, mas, neste caso específico.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não precisa, Ministro, recorrer a especialista, basta ler.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Vejo que os homens aceitam mais gestos do que palavras.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Se a carta do renunciante não pode ser lida e objetivamente interpretada, aí, sim, vamos ter de abrir uma cadeira na Corte para um psicanalista!

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Esta é a questão que se colocou: se nós, para cada gesto de renúncia ou para cada situação qualquer, por exemplo, um deputado que diante de um julgamento - Vossa Excelência se referiu ao momentoso caso do Mensalão - decida não mais se candidatar, estaremos diante do fato de que ele não quis se candidatar, eventualmente até com dados de pesquisa que indicava sua reeleição, porque quis frutar o juízo da Corte.

Veja que seria mais coerente fazer a revisão da própria jurisprudência do Tribunal, assentando, por exemplo, que os crimes funcionais são da competência da Corte na linha proposta pelo Ministro Sepúlveda Pertence.

Senhora Presidente, diante daquela descrição dos fatos feita inicialmente por mim, não consigo vislumbrar o abuso de direito aqui enfatizado.

Peço vênias aos que pensam em contrário para acompanhar o voto do Ministro Marco Aurélio. Não preciso dizer que, em relação à questão da precedência, ou não, do Júri sobre a prerrogativa do foro, subscrevo já as razões aqui externadas.

AP 333 / PB

É como voto.

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Gilmar
Mendes (§ 4º do artigo 96 do RISTF)

05/12/2007

TRIBUNAL PLENO

ACÇÃO PENAL 333-2 PARAÍBA**VOTO**

A Sra. Ministra Ellen Gracie (Presidente) – Peço vênia ao eminente Ministro-Relator e aos que o acompanham para, relativamente à questão de ordem proposta pela defesa, afastá-la, neste caso, acompanhando o eminente Relator, porque entendo que a regra de competência especial prevalece sobre a competência geral.

Portanto, a competência deste Tribunal prevalece sobre a do Tribunal do Júri.

Quanto à segunda questão de ordem relativa à renúncia manifestada pelo parlamentar, entendo que essa renúncia produz efeitos independentemente de manifestação de qualquer outra pessoa ou instituição. É um ato unilateral puro.

Por outro lado, a competência desta Corte se limita ao julgamento daqueles que sejam titulares de mandato. É uma competência estrita que não admite alargamentos. E, via de consequência, não sendo viável, não sendo possível reinstalar o acusado na condição de deputado federal, cargo do qual se apartou voluntária e irrevogavelmente, entendo que não subsiste a competência desta Casa.

Por isso, peço vênia ao eminente Relator e aos que o acompanham para, neste aspecto, filiar com a linha iniciada pela divergência do Ministro Marco Aurélio.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AÇÃO PENAL 333-2**

PROCED.: PARAÍBA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REVISOR : MIN. EROS GRAU

AUTOR(A/S) (ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REU(É) (S): RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA

ADV. (A/S): JOSÉ GERARDO GROSSI E OUTRO(A/S)

Decisão: Apreciando questão de ordem suscitada pelo Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), no sentido do prosseguimento da ação penal, no que foi acompanhado pelos Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Menezes Direito. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 05.11.2007.

Decisão: Após o voto do Relator, que resolvia a questão de ordem no sentido de que a competência do Tribunal do Júri cede diante da norma que fixa foro por prerrogativa de função, no que foi acompanhado pelos Senhores Ministros Eros Grau e Carlos Britto, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 07.11.2007.

Decisão: O Tribunal, à unanimidade, afastou questão de ordem para firmar que a competência do Tribunal do Júri cede diante da norma que fixa foro por prerrogativa de função. E, relativamente à competência desta Casa, ante a renúncia manifestada pelo parlamentar, o Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Joaquim Barbosa (Relator), Cezar Peluso, Carlos Britto e a Senhora Ministra Cármen Lúcia, declinou da competência ao juízo criminal da Comarca de João Pessoa/PB. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Reajustou o voto proferido anteriormente o Senhor Ministro Eros Grau (Revisor). Plenário, 05.12.2007.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco

Supremo Tribunal Federal

Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim
Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes
Direito.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando
Barros e Silva de Souza.

Luiz Tomimatsu
Secretário